AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 07 | JULHO 2017 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018

Juros menores, mas recursos reajustados abaixo da inflação



CONFINAMENTO RISCO DE RESULTADO NEGATIVO

ECONOMIA CONFUSÃO POLÍTICA SEGURA A ECONOMIA

ANUFOOD BRAZIL ESTÁ CHEGANDO A MAIOR FEIRA DE ALIMENTOS DO MUNDO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PAÍS SEGUE, APESAR DA CONFUSÃO POLÍTICA

DO PONTO de vista econômico, a questão central passou a ser: qual é o real impacto sobre a recuperação da atividade econômica oriundo do caos político instalado em Brasília? Sem sombra de dúvida, a percepção de risco sobre a economia brasileira aumentou a partir do surgimento das denúncias recentes. Isso decorre do fato de que a efetivação da aprovação das reformas ficou mais difícil. Obviamente, o cenário para a retomada de investimentos também ficou um pouco mais comprometido a partir das incertezas no campo político.

No entanto, os agentes parecem ter descolado relativamente o ambiente econômico do cenário político turbulento, até mesmo porque as diretrizes de política econômica foram preservadas mesmo em meio ao caos em Brasília.

Os mais entendidos apontam o final de setembro como decisivo para saber se o presidente Temer fica ou sai. De qualquer modo, na opinião da ***Agroanalysis***, se o presidente sair, seu sucessor, escolhido por via indireta, manterá a equipe econômica. As reformas serão muito enxugadas, mas devem passar. Assim, o crescimento será muito pequeno, mas inflação e dólar ficarão comportados. A grande decisão virá apenas com as eleições de 2018.

Apesar das grandes contribuições prestadas para a economia brasileira, sozinho, o setor agro não conseguirá tirar o País do atoleiro. A economia só voltará a crescer realmente quando, de um lado, a indústria se recuperar e, de outro, quando for possível ver esta recuperação do lado do consumo das famílias. Infelizmente, a forte contração dos investimentos ainda observada ao longo do primeiro trimestre de 2017 sugere que temos um longo caminho pela frente.

A maior feira do setor de alimentos e bebidas do mundo, a Anuga, é realizada a cada dois anos na cidade de Colônia, na Alemanha. Devido à riqueza cultural e à reconhecida importância da América da Sul na produção de gêneros alimentícios, em uma parceria com a Koelnmesse – empresa realizadora da Anuga –, a FGV Projetos organizará uma versão da famosa feira em São Paulo, em 2019. A ANUFOOD Brazil, como será chamada, será a primeira grande feira do País focada em todos os segmentos da indústria de alimentos e bebidas. O evento contará, também, com a realização de conferências e seminários, que abordarão inovações em produtos, discussões estratégicas para o desenvolvimento da indústria, tendências de consumo, segurança alimentar, entre outros temas. Será um marco para o setor no Brasil e nos demais países da América do Sul, propiciando visibilidade global e oportunidades de abertura de novos mercados estratégicos para a indústria.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18 – que entrou em vigor em 1º de julho e se estenderá até 30 de junho de 2018 –, como era de se esperar, não trouxe novidades para a produção. Houve uma pequena queda na taxa de juros e uma disponibilidade de recursos para o crédito rural que não acompanhou a taxa de inflação registrada a partir da safra 2016/17. A safra recorde de grãos colhida nesta temporada promove um grande salto no Produto Interno Bruto (PIB) do setor.

Com a chegada da estação de inverno e da seca, o mercado de carne bovina fica agitado na expectativa do cenário para o confinamento neste ano. Apesar de o preço do boi magro e da alimentação (elementos que correspondem a aproximadamente 90% do custo total) estar

mais baixo na comparação com o ano passado, as recentes quedas nos preços da arroba do boi gordo achataram as margens da atividade. Em muitos casos, o resultado está negativo, aumentando a incerteza do confinador. A expectativa de prejuízo poderá afetar a quantidade de cabeças confinadas em 2017, em especial no segundo ciclo do confinamento. Uma melhoria dos resultados econômicos estaria atrelada a uma reação dos preços futuros da arroba do boi gordo.

Na cadeia sucroalcooleira, o destaque fica para o trabalho da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) na valorização deste importante elo da cadeia produtiva. São 33 associações na busca de uma linguagem comum para uma atuação mais sinérgica. O impacto da longa crise vivida pelo setor nesta década deixou enormes sequelas negativas. O momento é de superação e retomada do crescimento, com inovação e produtividade.

Na entrevista do mês, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Olinto Ramos, fala sobre a realização do Censo Agropecuário de 2017 a partir de outubro próximo até fevereiro de 2018. Cerca de 5,3 milhões de imóveis receberão em suas sedes as visitas dos recenseadores para a realização das entrevistas. A mobilização de pessoal e logística é enorme. Para o próximo exercício, o Instituto planeja realizar um novo levantamento anual, nos moldes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma espécie de PNAD Agropecuária.

Pelo nono ano consecutivo, a ***Agroanalysis*** publica o Caderno Especial da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), com a apresentação das principais ações desenvolvidas. Com doze anos de existência, a entidade soma, hoje, 4.743 associados ativos, com 24 núcleos de associados e doze municípios agregados.

Para encerrar, tem-se o registro especial da celebração, em 1º de julho, do Dia Internacional do Cooperativismo, cujo sistema engrandece o agronegócio brasileiro. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ROBERTO OLINTO RAMOS
CENSO AGRO 2017

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 CAPA MACROECONOMIA
RUÍDOS POLÍTICOS

15 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 PIB DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
FORTE EXPANSÃO, MAS COM TRANSBORDAMENTOS LIMITADOS

18 AÇÚCAR
BALANÇO MUNDIAL PERMANECE EM ESTADO DE ATENÇÃO

20 CAPA ANUFOOD BRAZIL
NOVA PLATAFORMA DE NEGÓCIOS PARA O SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS

22 CAPA PECUÁRIA
CONFINAMENTO NÃO FECHA A CONTA

24 POLÍTICA AGRÍCOLA

24 CAPA PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018
AUMENTO DO VOLUME DE CRÉDITO FICA ABAIXO DA INFLAÇÃO

27 CONTEÚDO ESPECIAL

27 APROSOJA
O RISCO DA RESISTÊNCIA

35 ORPLANA
GESTÃO ESTRATÉGICA E ASSOCIATIVISMO

40 CECAFÉ
7º COFFEE DINNER & COFFEE SUMMIT

43 OCESP
COOPERATIVA, UM MODELO MAIS JUSTO DE NEGÓCIO

44 FAESP
A REFORMA TRABALHISTA

45 BAYER
O PRODUTOR RURAL É UM FORTE

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
OLHAR A FLORESTA

47 PRODUZIR
O AGRO DE DIFERENTES ESCALAS PARA DIFERENTES MERCADOS

48 OPINIÃO
SÃO PAULO, COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO

49 REFLEXÃO
O BRASIL ANTES!

50 ESTATÍSTICA

CENSO AGRO 2017

ROBERTO OLINTO RAMOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

DA REDAÇÃO

Engenheiro de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) (1979) e doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ (1997), Roberto Olinto Ramos, atualmente presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi coordenador das Contas Nacionais na mesma instituição, consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e membro do grupo de especialistas em contas nacionais das Nações Unidas (Advisory Expert Group – AEG).



AGROANALYSIS: COMO FICOU O ORÇAMENTO DO CENSO 2017?

ROBERTO OLINTO RAMOS: O Censo será completo, com uma abrangência de 5,3 milhões de estabelecimentos rurais distribuídos em 5.570 municípios, com um maior nível de precisão nas respostas apuradas pelas entrevistas e um menor custo. Com a restrição orçamentária, o trabalho foi repaginado e ganhou em qualidade e simplicidade operacional. Um censo detalhado custaria aproximadamente R$ 1,6 bilhão em três anos, mas o orçamento da União destinou, por meio de emenda parlamentar, R$ 505 milhões para 2017. Para o exercício de 2018, precisaremos de um aporte de R$ 278 milhões para completar o Censo. O corte foi em torno da metade.

Incluímos todas as perguntas que caracterizam a propriedade rural, desde as técnicas de produção às dificuldades eventuais, como o valor e as despesas de produção. O universo da agricultura familiar está inserido no trabalho. A ideia é complementar esse Censo, a partir do próximo ano, com pesquisas amostrais anuais dos estabelecimentos. Teremos

> “A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ÁREAS PÚBLICAS E PRIVADAS É FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DESSE TRABALHO.”

de contar com verbas orçamentárias extras. Neste momento, apenas mais aporte de dinheiro não garantiria uma nova reformulação do projeto. As pessoas precisam ser contratadas agora, pois o levantamento está previsto para começar em 1º de outubro próximo e encerrar em fevereiro de 2018. O período de coleta das informações foi ampliado de três meses para cinco meses. Estamos em cima da hora.

ESSE CORTE PODE COMPROMETER OS RESULTADOS?

ROR: Tivemos de enxugar o questionário do Censo Agropecuário por conta de restrições orçamentárias. No entanto, o IBGE pretende implementar, a partir de 2019, uma pesquisa amostral com periodicidade anual. Essa é uma inovação que será introduzida na rotina de trabalho da instituição. Com isso, obteremos de forma complementar as informações que ficarão de fora do levantamento censitário, especialmente aquelas que dizem respeito aos rendimentos e aos aspectos financeiros do negócio agropecuário.

Esse novo levantamento anual deve funcionar nos moldes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma espécie de PNAD Agropecuária. Isso funcionará com visitas a estabelecimentos rurais apenas uma vez ao ano, escolhidos por amostragem específica. A primeira coleta, com questionário mais longo e detalhado, quando comparada com o Censo Agropecuário, seria feita em 2019, com divulgação dos dados em 2020. A estratégia visa cobrir informações que ficarão fora do Censo, como no caso do uso de agrotóxico, equipamento de proteção e destino da embalagem.

OS QUESTIONÁRIOS TIVERAM MUDANÇAS?

ROR: Em função da remontagem da operação, tivemos de realizar testes para reduzir o tempo da entrevista de noventa minutos para quarenta e cinco minutos. As variáveis contidas no Censo Agropecuário de 2006/2007 – que visitou 5,2 milhões de estabelecimentos – serão mantidas, incluindo dados sobre a agricultura familiar e outras variáveis que seguem recomendações internacionais.

Precisamos mostrar ao produtor rural que, por meio da Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, o cidadão possui direito garantido de sigilo estatístico. Prestar informações estatísticas ao IBGE constitui uma obrigação, sendo que toda informação fornecida terá fins exclusivamente estatísticos. Devemos separar o levantamento estatístico das questões fiscais e ambientais. Essas são esferas diferentes de tratamento.

Olhamos os questionários diante de um trabalho pós-censo a ser realizado, no sentido de realizar uma tabulação especial, com o formato e os tipos de dados dos demandantes. A integração entre as áreas públicas e privadas é fundamental para o sucesso desse trabalho. É uma atividade mais antecipada e barata para classificar a estadualização, a municipalização e a regionalização das áreas agrícolas homogêneas.

QUAL É A MOBILIZAÇÃO PREVISTA DE PESSOAL?

ROR: Lançamos o edital de mais um processo seletivo simplificado para o preenchimento de 26.440

vagas temporárias para o Censo Agropecuário 2017. Entre as vagas abertas, 19.013 são para recenseadores, com nível fundamental, 4.946 são para agentes censitários supervisores, 1.285 são para agentes censitários municipais, de nível médio, 381 para agentes censitários administrativos, 375 para agentes censitários regionais, 266 para analistas censitários e 174 para agentes censitários de informática. As vagas estão distribuídas por mais de 4 mil municípios brasileiros.

Os postos de coleta também foram enxugados de 5,1 mil unidades para 1.376 unidades. Isso significa que os funcionários contratados terão trabalho mais do que triplicado, porque terão de gerenciar os recenseadores espalhados por mais de 5 mil municípios.

As inscrições são feitas por meio do site da Fundação Getulio Vargas (FGV), que é a banca organizadora do certame. Os candidatos farão prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório. No momento da inscrição, o candidato poderá escolher a função e indicar o município onde deseja fazer o concurso. A divulgação dos locais de prova será realizada ao longo deste mês de julho. Cerca de 70% do orçamento do Censo estão previstos para o pagamento de pessoal.

EXISTE A MONTAGEM LOGÍSTICA?

ROR: Além de 504 municípios com agência do IBGE, contaremos com 1.360 postos de coletas. Uniremos os produtores também com o apoio das federações agropecuárias estaduais, dos sindicatos rurais e do sistema cooperativista. Isso aumentará a capilaridade do trabalho. Chegaremos até à sede de cada propriedade rural para agendar a entrevista, com duração média de quarenta minutos. O levantamento é georreferencial, com descrição dos limites, das características e das confrontações do imóvel rural. Todas as sedes de imóveis receberão visitas dos recenseadores

As Coordenações Estaduais de Divulgação das Unidades Estaduais atuarão localmente na divulgação do Censo Agro, em trabalho conjunto com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Coordenação de Comunicação Social. Teremos alguns facilitadores com centro de atendimento, sistema de recebimento de questionários *on-line*, com senha de acesso, *e-ticket* e criptografia. Disponibilizaremos 700 regras de críticas, com que o computador confirma e pede complementação de dados.

PODEMOS PENSAR EM UM NOVO ESCOPO DE CENSO?

ROR: Pensamos, por exemplo, num sistema nacional de pesquisa que tome o Censo como cadastro com base em pesquisas amostrais, em paralelo com as atividades realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Isso implica o aprofundamento de outros temas mais específicos. Seria uma fase experimental, com compartilhamento das bases de dados e conhecimentos. Seria olhar a cadeia produtiva de forma integral e aceitar outras fontes de informações.

> “ESSE NOVO LEVANTAMENTO ANUAL DEVE FUNCIONAR NOS MOLDES DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD), UMA ESPÉCIE DE PNAD AGROPECUÁRIA.”

EXISTEM DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO?

ROR: Para realizar uma operação do porte de um censo, com a cobertura de todo o País, o IBGE precisa do apoio e da participação de todos. É imprescindível o público entender a importância de receber o recenseador e responder ao questionário da pesquisa corretamente. Antes mesmo de iniciar a fase de coleta, a instituição começará a sensibilizar e conscientizar a sociedade, por meio das ações de mobilização.

Nesse Censo Agro, especificamente, não haverá agência de publicidade contratada para a criação e a veiculação da campanha. O próprio IBGE criará o conceito da campanha e desenvolverá as peças para a divulgação do Censo Agro 2017. Buscaremos apoio e parcerias para a divulgação por meio das associações, das entidades e de outras instituições.

Sensibilizaremos o público que vive do agronegócio, seja em maior ou menor escala. Mostraremos a importância de responder à pesquisa para o retorno positivo de melhores condições de vida no campo. Como peças previstas de divulgação, teremos audiovisuais e peças gráficas. Adotaremos como motes da campanha: "Eu abro a porta sim"; "Responder ao Censo é bom para o Brasil"; e "É melhor para mim". ■



"SENSIBILIZAREMOS O PÚBLICO QUE VIVE DO AGRONEGÓCIO, SEJA EM MAIOR OU MENOR ESCALA."

FRASES & COMENTÁRIOS

"Planejamos expandir o portfólio de variedades resistentes à broca, adaptadas a cada uma das regiões produtoras do Brasil, mas também planejamos desenvolver variedades resistentes a outros insetos, bem como tolerantes a herbicidas."

GUSTAVO LEITE, presidente do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), que desenvolveu a cana Bt, aprovada para uso comercial pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

"Essa política de descarbonização do transporte contribuirá para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (COP-21), além de destravar os investimentos do setor sucroenergético."

ELIZABETH FARINA, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), sobre a deliberação do programa RenovaBio pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

"A união trazida ao segmento rural, com a prática de um discurso único entre os sindicatos, nos últimos anos é uma conquista da qual podemos nos orgulhar."

CARLOS SPEROTTO, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), na comemoração dos noventa anos da entidade

"Até imaginávamos que os valores poderiam ser menores por causa do teto dos gastos, mas, no esforço que houve entre o Ministério da Agricultura e o da Fazenda, se conseguiram números razoáveis."

MARCOS DA ROSA, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil)

"Com a inflação tendendo a 3,5% ao ano, a Selic em queda, com previsão de 8,0% até o final de ano, achamos que os juros poderiam ser menores."

JOÃO CARLOS MARCHESAN, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

"O valor liberado para a safra 2017/18 pode ser bom no modelo atual de seguro rural. No entanto, não atende o modelo que propomos, com recursos entre o Governo e a iniciativa privada."

ALYSSON PAOLINELLI, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), comentando sobre o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/2018

"A mecanização é uma realidade que o cafeicultor precisa adotar para que a sua atividade ganhe mais sustentabilidade."

CARLOS PAULINO, presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé)



FAPESP.BR

"A realização no Brasil de uma reunião entre os chefes de Estado dos principais países emissores de gases estufa, para reafirmar o que se avançou em 1992 no Rio de Janeiro e em Paris em 2015, seria uma forma de voltarmos a assumir posição de liderança nessa área."

JOSÉ GOLDEMBERG, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), no Senado Federal

"Financiar o incremento da produção de cacau no sistema de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) é uma visão inovadora. Trata-se de uma árvore nativa da Floresta Amazônica e de boa convivência com as florestas nativas."

JUVENAL MAYNART CUNHA, diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

RUÍDOS POLÍTICOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

DESDE O início do ano, a economia brasileira começou a dar mostras de melhora, trazendo uma perspectiva um pouco mais otimista para o médio prazo.

De fato, a inflação tem caído sistematicamente desde o segundo semestre de 2016, e tudo indica que fecharemos este ano com uma inflação abaixo da meta de 4,5%. Isso representa um grande ganho para a nossa economia, dado que não ocorre desde 2009. A tolerância com patamares cada vez mais elevados de inflação até 2015 trouxe danos consideráveis ao sistema econômico brasileiro, acentuando a desordem na estrutura produtiva e social do País.

Os bons resultados no campo inflacionário abriram caminho para a flexibilização da política monetária, o que permitiu que o Banco Central cortasse a meta da taxa básica de juros – Selic – ao longo de 2017. Tudo indica que a trajetória de queda da taxa de juros, confirmado o cenário da inflação, será mantida até o final do ano.

A flexibilização dos juros tem sinalizado positivamente para a atividade econômica. A queda dos juros permitiu uma melhora das condições de crédito, abrindo espaço para uma retomada do consumo das famílias e dos investimentos produtivos mais adiante. De fato, os sinais acerca do ritmo da atividade no País já apontam para uma relativa acomodação, o que indica que o ciclo recessivo, iniciado em 2014, pode estar aproximando-se do seu final.

O calcanhar de aquiles da economia brasileira, no entanto, continua sendo o lado fiscal. A política econômica praticada ao longo do governo Dilma gerou um profundo desajuste nas contas públicas brasileiras. O déficit nominal do setor público tem se situado em torno de 9% a 10% do Produto Interno Bruno (PIB) ao longo dos últimos anos, condicionando uma trajetória de endividamento do setor público potencialmente explosiva no médio prazo caso nada seja feito. Nesse sentido, o governo Temer passou a corrigir o rumo da política fiscal, tentando impor limites aos gastos públicos e eliminando benefícios fiscais indevidos. A proposta da reforma da previdência enviada ao Congresso pelo Executivo, ainda que não solucione inteiramente o problema do déficit previdenciário, representa um passo correto na direção de um ajuste das contas do sistema.

Nesse sentido, o contexto relativamente otimista dos primeiros meses de 2017 apontava para uma melhora, ainda que em bases graduais, da economia brasileira. Tudo indicava que a recuperação econômica consolidar-se-ia no segundo semestre do ano, alinhada com as reformas estruturais essenciais para a nossa economia.

Em meio a esse cenário, a onda de denúncias envolvendo o governo representou um balde de água fria no otimismo que começava a se delinear na economia brasileira. A turbulência política instaurada após as denúncias azedou o ambiente do Parlamento, tornando muito mais difícil e custosa para o governo a aprovação das reformas.

Logicamente, esse evento foi rapidamente apreçado pelo mercado financeiro, que realinhou os preços dos ativos em função do maior risco percebido pelos investidores.

A sucessão de denúncias, indubitavelmente, colocou o governo Temer em uma posição defensiva, lutando continuamente para sobreviver

SHUTTERSTOCK



a cada novo evento envolvendo o presidente ou membros ligados ao governo.

Do ponto de vista econômico, a questão central passou a ser qual é o real impacto sobre a recuperação da atividade econômica oriundo do caos político instalado em Brasília.

Sem sombra de dúvida, a percepção de risco sobre a economia brasileira aumentou a partir do surgimento das denúncias. Isso decorre do fato de que a efetivação da aprovação das reformas ficou mais distante. Obviamente, o cenário para a retomada de investimentos também ficou um pouco mais comprometido a partir das incertezas no campo político.

No entanto, parece que o lado real da economia não foi tão duramente afetado pela crise política. As indicações iniciais são de que os impactos sobre as vendas foram relativamente limitados, não havendo sinais de uma queda abrupta da atividade econômica neste momento. Nesse contexto, aparentemente, os agentes parecem ter descolado relativamente o ambiente econômico do cenário político turbulento (até mesmo porque as diretrizes de política econômica foram preservadas mesmo em meio ao caos em Brasília).

Em suma, a despeito do ambiente político nacional turbulento, a economia segue recuperando-se, ainda que de forma mais lenta do que o previsto no início do ano. ■



R$ 38,15 BILHÕES PARA INVESTIMENTO



R$ 150,25 BILHÕES PARA CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018

R$ 190 BILHÕES PARA O CAMPO.

QUANDO O PRODUTOR TEM MAIS CRÉDITO, O PAÍS INTEIRO TEM MAIS OPORTUNIDADES.

Quem faz a economia do país inteiro girar e bate recordes de produção merece sempre todo o apoio. Por isso, o governo federal está lançando o maior Plano Agrícola e Pecuário da história do país. São R$ 190,25 bilhões para financiar custeio, comercialização e investimentos em infraestrutura produtiva e tecnologia, com acesso facilitado e, também, para apoiar o seguro rural.

Produtor, converse com o gerente do seu banco e saiba como ter acesso aos créditos e benefícios do Plano. Para mais informações, acesse agricultura.gov.br

ACESSO FACILITADO AO CRÉDITO

CONHEÇA AS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO			
PROGRAMA	RECURSOS PROGRAMADOS (R$ MILHÕES)	PRAZO MÁXIMO	TAXA DE JUROS (% AO ANO)
Crédito rural (geral)	74.130	14 meses	8,50
Pronamp	18.000	14 meses	7,50
Funcafé	4.890	90 dias após a colheita	8,50
Fundos Constitucionais	3.580	Variáveis	Taxas por porte
Estocagem de álcool	2.000	270 dias	TJLP + 3,7%
LCA (taxa controlada)	13.650	Negociação entre as partes	12,75
Recursos livres	34.000	14 meses	Livres
TOTAL	150.250	-	-

LINHAS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO					
VOLUME DE RECURSOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO					
PROGRAMA	RECURSOS PROGRAMADOS (R$ MILHÕES)	LIMITE DE CRÉDITO/ BENEFICIÁRIO	PRAZO MÁXIMO	CARÊNCIA (ANOS)	TAXA DE JUROS (% A.A)
Moderfrota	9.200	90%	7	-	7,5 e 10,5
Moderagro	640	R$ 880 mil	10	3	8,5
Moderinfra	600	R$ 2,2 milhões	10	3	7,5
ABC	2.130	R$ 2,2 milhões	12	8	7,5
PCA	1.600	Livre	15	3	6,5
Inovagro	1.260	R$ 1,1 milhão	10	3	6,5
Pronamp	3.710	R$ 430 mil	8	3	7,5
Prodecoop	1.000	R$ 150 milhões	10	3	8,5
Prodecoop - Aquis. Ativos	700	R$ 150 milhões	10	3	TJLP+3,7%
Procap-Agro	2.200	R$ 65 milhões	2	6 meses	TJLP+3,7%
SUBTOTAL	23.040	-	-	-	-
Fundos Constitucionais	5.884	-	12	3	Taxas por porte
Bancos Coop. (Bancoob e Sicredi)	600	R$ 430 mil	12	3	8,5
Prorenova Rural	1.500	-	6	18 meses	TJLP + 3,7%
BNDES - Agro	2.000	-	-	-	TJLP + 3,7%
Outros a juros livres	5.125	-	-	-	-
TOTAL	38.149	-	-	-	-

Subvenção ao prêmio do seguro rural	R$ 550 milhões
Apoio à comercialização (Contrato de Opções, PEP, PROP, etc)	R$ 1,4 bilhão

Fonte: MAPA/SPA/DCEE. Data: junho/2017.

MINISTÉRIO DA **AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

BRASIL GOVERNO FEDERAL

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO

As próximas safras brasileiras de soja, milho e cana-de-açúcar contarão com avaliações em três níveis de risco climático, graças a uma série de melhorias na metodologia do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), instrumento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e por instituições parceiras. Os produtores rurais e os analistas de crédito e seguro agrícolas poderão saber se a cultura tem probabilidade de 80%, 70% ou 60% de ser bem-sucedida nas condições e nos locais indicados pela plataforma.

O cálculo de risco poderá incluir as técnicas de manejo e a probabilidade de a lavoura sofrer doenças. Para o trigo, por exemplo, foram considerados estudos referentes à brusone e à giberela, e, para a soja, à ferrugem asiática. No caso da cana-de-açúcar, ampliou-se o ciclo com avaliações de manejo para a cultura de ano e a de um ano e meio. Em duas décadas, o ZARC economizou R$ 3,6 bilhões na redução de perdas da produtividade e promoveu segurança à concessão de crédito e seguro agrícolas.

PRIORIDADE NO ARMAZENAMENTO DAS COLHEITAS

A produção agrícola cresce a uma velocidade maior do que a capacidade instalada no País. Em algumas regiões onde o escoamento da safra é difícil, torna-se importante o investimento em novas estruturas de armazenagem, principalmente nos anos de altos volumes produzidos, como na safra 2016/17. Os armazéns convencionais, estruturais e infláveis, por serem de uso emergencial e precário, utilizados nas áreas de fronteira, sofrem redução na capacidade útil de 40%. Isso explica o fato de se estimar a capacidade útil do País em 168,1 milhões, e não em 185,7 milhões.

ARMAZENAGEM BRUTA NO BRASIL
(2016)

PAÍS/REGIÃO	Número de armazéns	Capacidade (milhões de toneladas)
Norte	218	4,1
Nordeste	475	10,4
Sudeste	1.335	30,6
Sul	3.601	73,5
Centro-Oeste	2.200	67,1
Brasil	**7.829**	**185,1**

Fonte: IBGE

CTNBio APROVA CANA Bt

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou o uso comercial da primeira cana-de-açúcar geneticamente modificada (cana Bt) no mundo, desenvolvida pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), considerada segura sob os aspectos ambiental e de saúdes humana e animal. Esta primeira cana-de-açúcar geneticamente modificada aprovada para comercialização no mundo possui resistência à broca-da-cana (*Diatraea saccharalis*), que provoca prejuízos de R$ 5 bilhões anuais, devido a perdas de produtividades agrícola e industrial, impactos na qualidade do açúcar e custos com inseticidas. O gene Bt (*Bacillus thuringiensis*) é amplamente utilizado na agricultura, há mais de vinte anos, nos principais países produtores do mundo, incluindo o Brasil, em culturas como soja, milho, algodão, entre outras.


SHUTTERSTOCK

PIB DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

FORTE EXPANSÃO, MAS COM TRANSBORDAMENTOS LIMITADOS

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

NO INÍCIO do mês de junho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2017. Embora já fosse esperado um forte crescimento das atividades agropecuárias, o número oficial surpreendeu até os analistas mais otimistas: ao longo do primeiro trimestre deste ano, o setor cresceu 13,4%, quando comparado com o trimestre anterior (quarto trimestre de 2016), e 15,2%, quando comparado com o mesmo trimestre do ano passado (primeiro trimestre de 2016). Isso significa que, independentemente de qual seja a base de comparação, o crescimento do setor foi muito robusto, alcançando a marca de dois dígitos.

A robusta expansão do setor ao longo do primeiro trimestre contribuiu fortemente para que o Brasil, finalmente, encerrasse a maior recessão técnica da sua história. Os economistas chamam de recessão técnica quando a economia encolhe por dois trimestres ou mais de forma consecutiva. Como, no primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira voltou a crescer (1,0% em comparação com o quarto trimestre de 2016), em termos técnicos a mais longa e mais profunda recessão de que se tem registro no Brasil (já durava oito trimestres), finalmente, chegou ao fim.

Embora as atividades agropecuárias não tenham sido o único setor que contribuiu para o fim da recessão técnica, pois a indústria também cresceu (0,9%), o universo agro foi o grande responsável pela expansão da economia no primeiro trimestre. De acordo com a decomposição do crescimento do PIB feita pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV (CODACE), dessa expansão de 1,0% do PIB no primeiro trimestre, as atividades agropecuárias responderam por 0,8%, enquanto a indústria respondeu pelo 0,2% restante. Como o setor de serviços ficou estagnado ao longo do período, por um lado, não contribuiu para a expansão do PIB, porém, por outro, também não empurrou a economia para baixo. Em outras palavras, sem o forte crescimento das atividades agropecuárias, a economia brasileira teria crescido apenas 0,2%, e não o 1,0% registrado pelo IBGE.

AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PUXARÃO A ECONOMIA BRASILEIRA PARA FORA DA CRISE?

Embora as atividades agropecuárias estejam dando grandes contribuições para a economia brasileira – entre as quais, (i) a dinamização da economia pelo

PIB DO PRIMEIRO TRIMESTRE POR VÁRIAS DECOMPOSIÇÕES

	1º tri de 2017/4º tri de 2016	1º tri de 2017/1º tri de 2016
Atividades agropecuárias	13,4%	15,2%
Indústria	0,9%	-1,1%
Serviços	0,0%	-1,7%
PIB	1,0%	-0,4%
Consumo das famílias	-0,1%	-1,9%
Investimentos	-1,6%	-3,7%

Fonte: IBGE

interior do País (isto é, fora das principais regiões metropolitanas), (ii) o auxílio na desaceleração da inflação, (iii) a atração de divisas via exportações e, principalmente, (iv) o exemplo de que o segredo para o crescimento de médio e longo prazos é a busca incessante por maior produtividade –, não é por meio do nosso setor que o Brasil sairá da crise. Apesar dos grandes avanços promovidos pelo universo agro ao longo das últimas décadas, não parece que as atividades agropecuárias (ou até mesmo o agronegócio como um todo) tenham força para, sozinhas, tirarem a economia do buraco.

Os números divulgados pelo IBGE no início de junho voltaram a deixar esse ponto claro. Comparando com o primeiro trimestre de 2016, a economia brasileira contraiu 0,4% ao longo do primeiro trimestre de 2017. Por trás desta contração, houve uma fortíssima expansão das atividades agropecuárias de 15,2% e a contração de 1,1% e de 1,7% da indústria e dos serviços, respectivamente. Ou seja, mesmo com as atividades agropecuárias crescendo espetaculares 15,2%, isso não foi suficiente para compensar a contração moderada da indústria de 1,1% ou para aquecer o setor de serviços.

Na realidade, essa mesma conclusão já estava presente nos números apresentados na seção anterior deste artigo, quando discutimos a composição do crescimento de 1,0% do PIB brasileiro no primeiro trimestre em comparação com o quarto trimestre de 2016. Enquanto, de um lado, a forte expansão de 13,4% das atividades agropecuárias gerou um crescimento de apenas 0,8% no PIB, o pequeno avanço de 0,9% da indústria (notadamente na indústria extrativista de minérios e petróleo bruto) gerou um crescimento de 0,2% no PIB (uma vez que o setor de serviços ficou estagnado). Em outras palavras, mantidas as mesmas proporções, é como se o efeito multiplicador dessas indústrias fosse quase quatro vezes maior do que o das atividades agropecuárias.

Enfim, o setor agro já tem dado grandes contribuições para a economia brasileira. Porém, ele sozinho não conseguirá tirar a economia brasileira do atoleiro. A economia brasileira só voltará a crescer realmente quando, de um lado, a indústria se recuperar e, de outro, quando for possível ver esta recuperação do lado do consumo das famílias. Infelizmente, a forte contração dos investimentos ainda observada ao longo do primeiro trimestre de 2017 sugere que temos um longo caminho pela frente. ■

AÇÚCAR

BALANÇO MUNDIAL PERMANECE EM ESTADO DE ATENÇÃO

PLINIO M. NASTARI
Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da DATAGRO Consultoria

O BALANÇO oferta-demanda do mercado mundial de açúcar é definido, todos os anos, pela diferença entre produção e consumo de cada país entre 1º de outubro e 30 de setembro, período que se convencionou denominar ano comercial. Esta convenção, estabelecida no início do século passado, segue o calendário de produção dos países do hemisfério Norte. O acompanhamento e as estimativas sobre o balanço requerem uma avaliação cuidadosa dos volumes de produção e consumo de cada país, levando em consideração os períodos de safra de cada um, o que nem sempre ocorre no período convencionado. Isso faz com que seja necessária a avaliação mensal de produção e consumo de cada país, para que todos os dados sejam normalizados para o período outubro-setembro. Além disso, é preciso que as produções e os consumos realizados na forma de açúcares de qualidades diferentes sejam normalizados para um mesmo padrão, e usualmente é adotado o do açúcar cru equivalente, com 96º de polarização.

Tomando esse cuidado, a DATAGRO, assim como outras instituições de pesquisa, empresas comerciais exportadoras e consultorias, há anos vem realizando avaliações sobre o balanço mundial e os fluxos de comércio. Estas avaliações servem para balizar o mercado e ajudam a compreender o comportamento e a formação de preços nos mercados de futuros.

Depois de cinco anos consecutivos de excedentes de oferta no período de 2010/11 a 2014/15 (outubro a setembro), deve ser registrado, nos anos de 2015/16 e 2016/17, o maior déficit consecutivo da história. Em 2015/16, segundo avaliação, o consumo mundial superou a produção em 7,54 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente. No ano comercial 2016/17, que encerra em 30 de setembro próximo, a estimativa é de déficit de 7,85 milhões de toneladas. A soma destes dois anos de déficit deve fazer com que a relação estoque/consumo mundial caia de 47,7%, em 30 de setembro de 2015, para 37,7%, em 30 de setembro de 2017. Considerando que, em 30 de setembro, os estoques de açúcar em todos os países do hemisfério Sul estejam perto do seu nível máximo, e que na atualidade a maior parte da produção mundial ocorre exatamente neste hemisfério do globo, na nossa avaliação, um percentual abaixo de 40% indica que o mercado está relativamente apertado.

A formação de preços procura, via de regra, identificar qual é o preço de oportunidade do fornecedor marginal, isto é, qual é o preço de oportunidade da tonelada marginal que será necessária para atender o mercado.

O Brasil é o produtor e o exportador mais importante, e de maior peso, no mercado mundial, mas nem sempre é o fornecedor marginal. Os produtores brasileiros têm uma considerável flexibilidade industrial. Na safra 2016/17 – que, na região Centro-Sul, transcorreu de abril de 2016 a março de 2017 e, na região Norte-Nordeste, iniciou-se em 1º de setembro de 2016 e ainda está em curso, mas com produção já encerrada –, o *mix* de produção para açúcar foi 6% maior do

que na safra anterior, em resposta ao estímulo de preços do mercado mundial. Mesmo aumentando sua produção, o Brasil não foi capaz de aplacar o déficit mundial.

Para o ano comercial de 2017/18 (outubro a setembro), a DATAGRO estima, atualmente, um mercado mundial em virtual equilíbrio, com um déficit de apenas 194 mil toneladas. Isso significa que a relação estoque/consumo vai se manter praticamente inalterada, devendo encerrar, em 30 de setembro de 2018, em 36,9%. Esta estimativa contrasta com estimativas divulgadas por outras instituições, que têm apontado superávits que variam de 2 milhões a 5 milhões de toneladas. Se esta estimativa se confirmar, significa que, apesar de o Brasil continuar constituindo a base do mercado livre, a tonelada marginal não deverá vir do Brasil. Tudo indica que esta tonelada marginal deverá vir do açúcar de beterraba da Europa, ou do açúcar de cana da Índia ou da Tailândia. Se isso ocorrer, e os agentes de mercado chegarem a essa mesma conclusão, a descoberta de preço provavelmente não deverá estar relacionada ao preço de oportunidade do açúcar no mercado brasileiro, que é determinado pelo preço do etanol, anidro ou hidratado, em açúcar equivalente. Essa é uma constatação relevante e que irá determinar o futuro do preço do açúcar e, também, dentro de certos limites, o do etanol, no mercado brasileiro. Será, portanto, interessante acompanhar os principais fundamentos do mercado mundial, para que entendamos como deve evoluir o interessantíssimo mercado de açúcar. ■

SHUTTERSTOCK



ANUFOOD BRAZIL

NOVA PLATAFORMA DE NEGÓCIOS PARA O SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS

CASSIANO FACCHINETTI
Diretor-geral da Koelnmesse Brasil

ATUALMENTE, NO Brasil, não há uma feira de negócios que seja totalmente focada na indústria de alimentos e bebidas. Os eventos existentes são organizados de forma orientada para um determinado segmento de mercado ou contemplam outros grupos de produtos além de alimentos, como equipamentos diversos, cosméticos, produtos de limpeza, entre outros.

A partir de 2019, esse paradigma será quebrado com a realização da ANUFOOD Brazil, uma nova plataforma de negócios exclusiva para o setor de alimentos e bebidas, que trará como expositores produtores, fabricantes, importadores, exportadores e distribuidores de alimentos e bebidas em geral, de todos os portes, que buscam ampliar e fortalecer seus negócios no mercado local e, também, beneficiar-se de uma plataforma de exportação para posicionar seus produtos no mercado internacional.

O evento – que será organizado pela Koelnmesse, empresa alemã que é líder internacional em feiras de alimentos e bebidas, em parceria com a FGV Projetos – terá setores especializados por tipo de produtos que representarão todos os segmentos da indústria, de forma organizada, clara e otimizada, para uma demanda de visitantes formada por compradores especializados, nacionais e internacionais, em busca de inovações e qualidade em produtos.

A ANUFOOD Brazil espera atrair visitantes que estejam envolvidos no processo de tomada de decisão sobre a compra de produtos alimentícios, sejam eles produtos básicos para transformação ou produtos acabados para distribuição, revenda e serviços de alimentação em geral. Desta forma, a indústria, os varejistas, os atacadistas, as lojas especializadas, os restaurantes, os hotéis e as empresas de *catering*, entre outros, fazem parte do público visitante da feira, que poderá encontrar soluções para suas necessidades em um único local. Contaremos, ainda, com a ampla rede mundial de compradores da Koelnmesse, formada pelos mais de vinte eventos para o setor de alimentos organizados ao redor do mundo, em mercados que têm conexão direta com os mercados brasileiro e sul-americano.

A ANUFOOD Brazil seguirá o modelo de negócios bem-sucedido da Anuga, a maior feira do mundo no setor de alimentos e bebidas, que está em sua 34ª edição e é realizada em Colônia, na Alemanha. A apenas quatro meses da realização de sua próxima edição, em outubro de 2017, a Anuga já conta com 7.200 expositores, de mais de cem países. Além da Anuga, a Feira Internacional de Doces, Biscoitos e Snacks (ISM, na sigla em inglês) e a Feira de Tecnologia para a Indústria Alimentícia (Anuga FoodTec) são reconhecidas em todo o mundo como líderes absolutas em seus setores. A *expertise* e o profissionalismo da Koelnmesse na realização de eventos B2B, com oferta adequada e alta qualificação da visitação, serão aplicados e formam as diretrizes principais na organização e no modelo de negócios no Brasil.

O evento contará, também, com a realização de conferências e seminários, cujo conteúdo será desenvolvido pela FGV Projetos e que abordarão inovações em produtos, discussões estratégicas para o desenvolvimento da indústria, tendências de consumo e o futuro da segurança alimentar, entre outros temas.

Com certeza, a realização da ANUFOOD Brazil será um marco para o setor no Brasil e na América do Sul. Serão abertos novos mercados estratégicos para a nossa indústria de alimentos, aumentando a sua visibilidade globalmente e ampliando os saldos comerciais. ■

SETORES QUE FARÃO PARTE DA ANUFOOD BRAZIL

- Produtos *in natura*;
- *Gourmet*, *delikatessen* e provisões gerais;
- Carnes;
- Produtos frescos para conveniência, frutas e legumes;
- Derivados de leite;
- Pães, assados, bolos e massas;
- Bebidas em geral;
- Chocolates, confeitaria, biscoitos e *snacks*;
- Culinária, tecnologia e equipamentos para *food service* e *catering*.

QUEM EXPÕE

- Produtores e fabricantes de alimentos e bebidas em geral;
- Importadores, exportadores e distribuidores;
- Empresas de equipamentos para *food service*;
- Empresas do setor de serviços;
- Agências de comércio exterior.

QUEM VISITA

- Comércio varejista;
- Comércio atacadista;
- Distribuidores;
- Importadores e exportadores;
- Lojas de alimentos especiais;
- Restaurantes;
- Empórios;
- Lojas de conveniência;
- Indústria de alimentos;
- Redes hoteleiras;
- Alimentações industrial, comunitária e institucional;
- *Catering* para eventos;
- Companhias aéreas;
- Representantes.

PECUÁRIA

CONFINAMENTO NÃO FECHA A CONTA

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

ALCIDES TORRES
Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

A ANÁLISE dos principais itens de custo do confinamento (preço do boi magro e da alimentação) parece apontar para uma situação melhor para o pecuarista neste ano. No entanto, as recentes quedas nos preços da arroba do boi gordo achataram as margens da atividade. Em muitos casos, o resultado está negativo para o confinador.

Na B3 – antiga BM&FBOVESPA –, os contratos futuros de boi gordo com vencimentos em outubro e novembro de 2017 ficaram cotados entre R$ 128,00 e R$ 129,00 por arroba na primeira quinzena de junho. Estes valores estão próximos dos preços vigentes no mercado físico em São Paulo em junho, cuja cotação foi de R$ 128,50 por arroba.

A alimentação representa entre 20% a 25% dos custos operacionais do sistema de confinamento bovino, enquanto a aquisição do boi magro corresponde a aproximadamente 70% dos custos.

Do lado da alimentação concentrada, o cenário para o confinador é positivo, diante das quedas



SHUTTERSTOCK

registradas nos preços de milho e farelo de soja. Na comparação entre a primeira quinzena de junho de 2016 e o mesmo período de 2017, pôde-se constatar que, na região de Campinas, no estado de São Paulo:

- O milho fechou em R$ 26,50 por saca de 60 kg, contra R$ 48,29 praticados em 2016. Houve uma queda de 45,1%. A maior disponibilidade do cereal na safra 2016/17 e a baixa liquidez pressionaram para baixo as cotações no mercado brasileiro.

- O farelo de soja, comercializado a R$ 1.140,00 por tonelada, teve uma redução de 11,6% em relação a 2016. Os preços acompanharam as quedas verificadas para a cotação da soja em grãos, com reflexo da maior oferta mundial.

Com relação ao boi magro, além do movimento fraco nos negócios em função das incertezas conjunturais sob o ponto de vista macroeconômico (renda, emprego, consumo etc.) e da própria cadeia produtiva de carne bovina, as cotações foram influenciadas pelos recuos verificados no mercado de boi gordo. Também em São Paulo, a referência em junho para o boi magro ficou em R$ 1.720,00 por cabeça (12 @, anelorado), frente à cotação média de R$ 2.014,00 por cabeça em igual período do ano passado – um recuo de 14,6%.

O custo da diária de um bovino em confinamento – que inclui, além da dieta, outros custos operacionais e administrativos – pode apresentar uma variação enorme dependendo dos ingredientes utilizados, da forma de manejo utilizada, dos equipamentos empregados, dentre outros. Uma pesquisa com agentes-chave no estado de São Paulo aponta custo da diária entre R$ 7,00 e R$ 7,50 neste ano, frente aos R$ 10,00 a R$ 11,00 de 2016.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Tomando por base o valor do boi magro, cotado em R$ 1.720,00 por cabeça, ainda existe espaço para quedas nas cotações, devido à demanda patinando e à queda no preço da arroba do boi gordo. Desta forma, para efeito de cálculo, foi estimado um preço médio de R$ 1.650,00 por cabeça de boi magro a ser adquirido no começo de agosto próximo – uma queda de 4,0% frente aos valores de junho.

Pressupondo a venda do bovino para abate em outubro (período de engorda em confinamento de noventa dias) e o ganho de peso médio de 1,5 quilo por dia, o custo do confinador será de R$ 2.325,00 por cabeça no período. O bovino entrará no cocho com 360 kg (12,0 @), com peso de abate correspondente a 495 kg (16,5 @).

Se o rendimento médio de carcaça for de 55%, entregaremos 272,25 kg de carcaça (18,15 @) por cabeça. Com isso, a receita com a venda está estimada em R$ 2.323,20. Subtraindo os custos (R$ 2.325,00) da receita (R$ 2.323,00), o **prejuízo estimado é de R$ 1,80** por cabeça confinada. A Taxa Interna de Retorno (TIR) da atividade será de -0,03% ao mês.

A expectativa de prejuízo poderá afetar a quantidade de cabeças confinadas em 2017, em especial no segundo ciclo ou rodada do confinamento. Uma melhoria dos resultados econômicos estaria atrelada a uma reação dos preços futuros da arroba do boi gordo. ■

REGIÃO DE CAMPINAS-SP: VARIAÇÃO NOS PREÇOS DE INSUMOS, BOI MAGRO E DIÁRIA DE CONFINAMENTO

	Unidade	2016 Primeira quinzena de junho	2017 Primeira quinzena de junho	Variação
Milho	R$/saca	48,29	26,50	-45,1%
Farelo de soja	R$/tonelada	1.290,24	1.140,00	-11,6%
Boi magro	R$/cabeça	2.014,00	1.720,00	-14,6%
Custo da diária	R$	10,00 a 11,00	7,00 a 7,50	-31,0%

Fonte: Scot Consultoria

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018

AUMENTO DO VOLUME DE CRÉDITO FICA ABAIXO DA INFLAÇÃO

DA REDAÇÃO

NO INÍCIO do último mês de junho, foi apresentado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18, o primeiro dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos.

O PAP, que entrou em vigor em 1º de julho e se estenderá até 30 de junho de 2018, prevê a aplicação de R$ 190,25 bilhões em financiamentos para os produtores rurais brasileiros. Neste volume, estão incluídas as verbas tradicionais para custeio, comercialização e investimento, de R$ 188,40 bilhões, mais R$ 1,3 bilhão basicamente para apoio à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e R$ 550 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Os juros foram reduzidos de 1% a 2% nas linhas de custeio, investimento e comercialização. As maiores diminuições ocorreram no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e no Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), considerados prioritários.

As dotações aumentaram no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), no Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), no Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente

EVOLUÇÃO DO PAP
(R$ BILHÕES)

ITEM	2015/16	2016/17	2017/18
1. Custeio e comercialização	**149,50**	**150,00**	**150,25**
Juros controlados	96,50	115,80	116,25
Juros livres	53,00	34,20	34,00
2. Investimentos	**38,20**	**34,05**	**38,15**
Juros controlados	34,00	34,05	38,15
Juros livres	4,20	–	–
TOTAL	**187,70**	**184,05**	**188,40**

Fonte: MAPA

LINHAS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO: VOLUME DE RECURSOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

PROGRAMA	Recursos programados (R$ milhões)	Limite de crédito por beneficiário	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% a.a.)
Moderfrota	9.200	90%	7	–	7,5 e 10,5
Moderagro	640	R$ 880 mil	10	3,0	8,5
Moderinfra	600	R$ 2,2 milhões	10	3,0	7,5
ABC	2.130	R$ 2,2 milhões	12	8,0	7,5
PCA	1.600	Livre	15	3,0	6,5
Inovagro	1.260	R$ 1,1 milhão	10	3,0	6,5
Pronamp	3.710	R$ 430 mil	8	3,0	7,5
Prodecoop	1.000	R$ 150 milhões	10	3,0	8,5
Prodecoop – Aquisição de Ativos	700	R$ 150 milhões	10	3,0	TJLP + 3,7%
Procap-Agro	2.200	R$ 65 milhões	2	0,5	TJLP + 3,7%
SUBTOTAL	**23.040**	**–**	**–**	**–**	**–**
Fundos Constitucionais	5.884	–	12	3,0	Taxas por porte
Bancos cooperativos (Bancoob e Sicredi)	600	R$ 430 mil	12	3,0	8,5
ProRenova-Rural	1.500	–	6	1,5	TJLP + 3,7%
BNDES – Agro	2.000	–	–	–	TJLP + 3,7%
Outros a juros livres	5.125	–	–	–	–
TOTAL	**38.149**	**–**	**–**	**–**	**–**

Fonte: MAPA

Protegido (Moderinfra) e no Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

Na tentativa de acompanhar o crescimento da produção agrícola, o governo federal disponibilizou mais recursos para o PCA. Nessa temporada, os cerealistas também serão beneficiados por este programa.

Apesar da sua baixa efetividade nos últimos anos, está previsto para a PGPM cerca de R$ 1,3 bilhão, bem mais do que a média executada nos últimos anos, de R$ 600 milhões.

A verba do PSR para o produtor proteger a sua produção agrícola com custo reduzido mediante auxílio financeiro do governo federal atende apenas 45% da demanda de R$ 1,2 bilhão. O PSR deve dar cobertura para algo em torno de 12% da área agrícola brasileira. Se somado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), cobre menos de 20% da área cultivada.

FONTES ALTERNATIVAS DE RECURSOS

O crescimento da área e da produção agropecuárias brasileiras demanda cada vez mais recursos para trabalhar com tecnologias de maior produtividade. Como a oferta de recursos pelo modelo tradicional do crédito rural não consegue acompanhar essa dinâmica, a saída é buscar outras fontes de financiamento, como as operações *barter*, as *traders*, as cooperativas, os distribuidores, as revendas e as indústrias.

Nesse sentido, o direcionamento ampliado de recursos a juros controlados, oriundos da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), ao abranger também o custeio, a comercialização

e o investimento, espera atingir o montante de R$ 27,3 bilhões.

Da mesma forma, cabe seguir nos esforços para viabilizar a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), com correção em moeda estrangeira, mediante aprovação desta condição para a Cédula de Produto Rural (CPR).

Na verdade, com a redução da taxa de inflação e da Selic, ganha espaço o cenário para a viabilidade dos títulos do agronegócio, em termos de competitividade de custos. Certamente, ao se manter esse contexto macroeconômico, o modelo da política de crédito rural corre nessa direção.

Já entre as entidades representativas da produção, existe o pleito para simplificar o acesso ao crédito e criar uma linha de investimento com condições diferenciadas no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Isso permitiria centralizar os itens financiáveis de regularização ambiental e conservação de solos e água, sem a concorrência dos outros programas existentes. ■

ANÁLISE DO PAP 2017/2018

Em linhas gerais, o Plano anunciado estabeleceu que:

- O volume de recursos oficiais para os produtores, em termos reais (isto é, descontada a inflação), será ligeiramente menor do que aquele ofertado no início da safra atual. Os R$ 190,25 bilhões anunciados são 2,84% maiores do que os R$ 185,00 bilhões do Plano Safra ainda em vigor, enquanto a inflação acumulada no período (IPCA) foi de 3,52%. Ou seja, em termos reais, o setor terá um volume menor de recursos à sua disposição na próxima safra.
- Tanto em termos nominais, quanto em termos reais, a taxa de juros do crédito agrícola ficou menor. Enquanto a taxa média do atual Plano Safra é de 9,5%; no Plano anunciado para a próxima safra, houve queda entre 1% e 2%. Como as projeções da pesquisa Focus do Banco Central sugerem que a inflação acumulada ao longo da safra 2016/17 (3,52%) será menor do que aquela acumulada ao longo da safra 2017/18 (4,47%), a taxa de juros real também irá diminuir.

TAXAS DE JUROS OFICIAIS REAIS DOS DOIS ÚLTIMOS PLANOS SAFRA

PLANO SAFRA	Taxa de juros oficial (% a.a.)	Inflação acumulada ao longo da safra (IPCA)	Taxa de juros oficial real (% a.a.)
2016/2017	9,50%	3,52%	5,78%
2017/2018	8,50%	4,47%	3,86%

Fonte: MAPA; IBGE

Em outras palavras, o crédito ficou mais barato, porém levemente mais escasso. Esse desenho é coerente com a realidade imposta pela PEC do Teto dos Gastos. De acordo com esta regra, o conjunto dos gastos primários do Governo não pode crescer em termos reais. Para aumentar a alocação de recursos em uma despesa específica, é necessário que outra(s) diminua(m) no mesmo montante. Importante: mesmo que a economia volte a crescer, não deverá haver mudanças nessa dinâmica, pois a PEC do Teto dos Gastos não está condicionada à receita do governo central, mas sim aos seus gastos primários em termos reais.

Diante dessa situação, a espaço no orçamento do Tesouro para gastos com a equalização desses créditos é (e será) menor. Uma solução imperfeita é incentivar os instrumentos de crédito privado (por exemplo, letras de crédito) e a vinculação da taxa de juros oficial a uma fração da taxa Selic.

APROSOJA



O RISCO DA RESISTÊNCIA

Queda na eficiência de produtos químicos deixa sojicultores em alerta

Em março, o Comitê de Ação à Resistência de Fungicidas (FRAC, na sigla em inglês) divulgou um comunicado informando que as carboxamidas, moléculas inibidoras de succinato desidrogenase (SDHI) usadas no combate à ferrugem asiática da soja, já apresentavam perda de eficiência. A informação foi recebida como um grande alerta para a comunidade científica e, também, para os agricultores.

Desde 2007, o comitê tem avaliado amostras de ferrugem asiática quanto à eficiência, identificando queda na *performance*. A novidade é que, agora, foi identificada uma mutação na molécula de carboxamida em áreas de intenso uso do produto e alta pressão da doença.

Doutora em Fitopatologia, a coordenadora da Comissão de Defesa Agrícola da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Roseli Giachini, reforça a importância do alerta do FRAC. "Estamos acompanhando o assunto de perto porque a ferrugem asiática é a maior ameaça à cultura da soja, e a mais persistente", pondera.

"Além do risco que representa, a ferrugem asiática tem sido mais eficiente que os produtos químicos existentes para a combater", pontua Endrigo Dalcin, presidente da Aprosoja e engenheiro agrônomo de formação.

Por enquanto, a saída para os agricultores é manter o controle fitossanitário das lavouras e adotar boas práticas. "É fundamental usar fungicidas com diferentes modos de ação. A rotação de ingredientes ativos e o uso de protetores são práticas fundamentais para o controle da ferrugem asiática", recomenda Giachini.

Hoje, há um número limitado de produtos químicos com modos de ação diferentes no mercado, que devem ser usados em combinação a outras ferramentas de manejo (como o controle de soja guaxa, o vazio sanitário e o cumprimento das instruções normativas que tratam do assunto).



Manejo antirresistência é prioridade para a Aprosoja
Foto: Fernando Martins

EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

As alternativas antirresistência foram o eixo central do IV Simpósio Agroestratégico, evento realizado em maio pela Aprosoja para discutir o manejo do sistema produtivo de soja em Mato Grosso – estado que responde por 29% da produção brasileira do grão.

"O controle fitossanitário químico começa a sinalizar perda de *performance*. A indagação é: o agricultor está reavaliando suas práticas de manejo? Há alternativas para se considerar, como o controle biológico, por exemplo?", indaga Giachini.



Peculiaridade da agricultura tropical ameaça longevidade da sojicultura, alerta Celso Omoto
Foto: Fernando Martins



Cláudia Godoy expõe o que chama de cenário preocupante
Foto: Fernando Martins

Cláudia Godoy, pesquisadora da Embrapa Soja e doutora em Fitopatologia, participou do debate e destacou a resistência da ferrugem asiática aos fungicidas disponíveis no Brasil e em países de fronteira, como Paraguai e Bolívia. "É um cenário preocupante. No mercado, há uma margem de vinte produtos no País, sendo que cinco deles têm uso recomendado e outros nove são produtos com apenas 40% de efetividade no controle da ferrugem. O alerta do FRAC – que sinalizou a mutação de um fungo no Sul do País e em Mato Grosso do Sul – ainda não é o fundo do poço, mas não há novos produtos vindos do exterior há vinte anos. Isso pode colocar em risco toda a produção de soja do Brasil", enfatizou a pesquisadora.

Celso Omoto, PhD em Entomologia pela Cornell University, concorda com Godoy sobre a importância de se adotarem estratégias associadas de vazio sanitário nas regiões produtoras de soja no Brasil e nos países vizinhos.

"Se o desafio é dar longevidade à sojicultura, precisamos de todas as iniciativas possíveis para que os fungicidas sejam mais eficientes. Isso significa dispor de áreas de refúgio e, também, integrar diferentes táticas de manejo. Nossa realidade tropical é diferente da praticada lá fora. Não podemos apenas reproduzir aqui o que é feito nos Estados Unidos, por exemplo", ponderou Omoto.

A peculiaridade do cultivo agrícola em Mato Grosso é enfatizada por Giachini. "Nosso sistema de produção é complexo: temos cultivo o ano todo. A produção em Mato Grosso precisa ser sustentável e rentável, e, infelizmente, não há receita de bolo. Nem sempre o que funciona para um agricultor vai servir para outro. Precisamos de práticas conservacionistas e de todas as ferramentas de controle, que não são apenas químicas", argumentou.

A busca por controle biológico também pautou o Simpósio Agroestratégico. Os painéis debateram a agricultura biológica, como o uso de pó de rochas e produtos de bases biológica e agrogeológica, como potássio, aptos a entrarem no mercado de defesa agrícola.

Vitório Herklots, agricultor em Campo Novo do Parecis-MT, é um exemplo de produtor que já aderiu ao controle biológico – e por uma questão de sobrevivência comercial. "Em vez de colher lucro a cada dois anos, eu estava plantando prejuízo anualmente. Precisei parar para ver o que estava fazendo e recomeçar. Dei uma folga de todos os 'cidas' da terra para que os micro-organismos tivessem condições de se recuperar", contou durante o evento.

AÇÃO INTEGRADA CONTRA A FERRUGEM

Mato Grosso, representando o Brasil, aglutinou pesquisadores, agricultores e os governos do Paraguai e da Bolívia para instituir um novo fórum de discussão de estratégias de defesa sanitária da soja. A iniciativa tomou corpo em 4 de maio último, quando foi criado o Grupo de Trabalho Antirresistência Latino-americano (GTA-Latam), na capital Cuiabá.

A ferrugem asiática é o maior problema fitossanitário das lavouras tropicais. As peculiaridades de clima e fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia demandam a adoção de estratégias coordenadas para coibir o avanço da doença, como a adoção de vazio sanitário e a calendarização do plantio.

No Paraguai, ainda é frequente o plantio de soja sobre soja. O diretor-geral técnico do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes do Paraguai (SENAVE), César Rivas, entende que é preciso organizar a legislação do país, onde a soja é a principal atividade econômica. A produção gira em torno de 10 milhões de toneladas, e, em 2015, foram investidos cerca de US$ 360 milhões no controle da ferrugem asiática.

Terceira atividade econômica do país, o plantio de soja na Bolívia também requer uma legislação mais eficiente. O país chega a perder cerca de 30% de sua produção (cerca de 3,2 milhões de toneladas) com a doença, informa o presidente da Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo (Anapo), Marcelo Soncini.

Giachini alerta para a diminuição da eficiência dos produtos de controle e manejo da ferrugem asiática. "A solução é adotarmos o manejo de resistência, que inclui controle cultural, cultivares resistentes, fungicidas com diferentes modos de ação, cultivares precoces, controle de plantas voluntárias de soja remanescentes e o vazio sanitário".

A próxima reunião do GTA-Latam será neste segundo semestre, na Bolívia.



A primeira reunião do GTA-Latam ocorreu em Cuiabá
Foto: Fernando Martins

QUEM PARTICIPA

Aprosoja, Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (Sedec), Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea-MT), Comitê de Ação à Resistência de Fungicidas (FRAC), Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes do Paraguai (SENAVE) e Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo da Bolívia (Anapo).

EM MATO GROSSO, GRÃO TEM ALTA QUALIDADE

Um aspecto que as ameaças fitossanitárias não modificaram na sojicultura mato-grossense é a qualidade nutricional do grão colhido nos campos estaduais. Os teores de proteína e de óleo dos grãos de soja variam em função do ambiente, do genótipo e da interação destes fatores.

Na soja, o teor de proteína pode atingir 40%, enquanto, nas demais leguminosas, o valor mais comum é de 20% a 25%. Em Mato Grosso, nos últimos dez anos, a média tem sido 37,7% de teor de proteína bruta – um resultado que supera em 2,6% a média norte-americana registrada no mesmo período pelo United States Soybean Export Council (USSEC).

O dado resulta de uma pesquisa realizada pela Aprosoja em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no ciclo agrícola de 2006/07 até hoje. O objetivo principal é investigar a qualidade dos grãos de soja produzidos em Mato Grosso no que diz respeito tanto à nutrição, quanto aos aspectos físicos – que são um fator crítico para a comercialização.



O teor de proteína da soja mato-grossense supera a média norte-americana
Foto: Lucas Ninno

Outro dado obtido pela pesquisa que aponta para a alta qualidade da soja mato-grossense é a média do teor de Extrato Etéreo (EE) – a gordura bruta do grão. Nas últimas dez safras agrícolas em Mato Grosso, a taxa média foi de 20,8%, indicador que também supera a *performance* de 18,7% registrada nos Estados Unidos no período de 1986 a 2015 pelo USSEC.

O aumento nos teores médios de proteína e óleo no grão de soja mato-grossense agrega valor ao produto e é um importante argumento de venda da soja brasileira no mercado mundial. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja. Somente o estado de Mato Grosso corresponde a 9% da produção mundial do grão: foram 31,2 milhões de toneladas colhidos na safra 2016/17, conforme dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

"A renovação de materiais genéticos, que priorizam a precocidade do ciclo da soja e sua produtividade, pode ser um dos fatores que contribuíram para que os teores de proteína bruta e extrato etéreo se alterassem ao longo das safras", observa Nelson Piccoli, coordenador da Comissão de Pesquisa e Gestão de Propriedades e segundo diretor financeiro da Aprosoja.

Atualmente, além da análise sobre a qualidade intrínseca do grão de soja, a Aprosoja e a UFMT retomaram os estudos das características físicas, sanitárias e nutricionais dos grãos de milho produzidos em Mato Grosso. "O levantamento será

QUALIDADE DO GRÃO DE SOJA

2006 a 2017	Teor de proteína	Extrato etéreo
Média dos EUA	35,1%	18,7%
Média de Mato Grosso	37,7%	20,8%

Fonte: Aprosoja; UFMT (2017); USSEC (2016)

fundamental para identificar os problemas relatados por nossos agricultores sobre a qualidade dos grãos na colheita e na pós-colheita", explica Cristiane Sassagima, gerente de Pesquisa e Gestão de Propriedades da Aprosoja.

Os resultados da pesquisa podem ser usados em futuras negociações dos agricultores com indústrias processadoras e multinacionais. "É comum que essas empresas deem descontos no preço do grão a partir de critérios próprios de classificação, que, muitas vezes, não condizem com a real condição do produto", observa Maria Aparecida Caneppele, professora da Faculdade de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia (Famevz), da UFMT, doutora em Ciências Biológicas (Entomologia) e coordenadora da pesquisa.

As coletas realizadas em campo serão analisadas quanto à condição física dos grãos (avariados), à massa específica e à presença de aflatoxinas (B1, B2, G1 e G2). O trabalho será feito de forma regionalizada e estratificada a partir de dados de área plantada, produção e produtividade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do IMEA.



Pesquisa voltou a ser feita também com grãos de milho
Foto: Lucas Ninno

PARCERIA COM IDH AMPLIA SOJA PLUS EM MATO GROSSO

A Aprosoja assina em julho o contrato de parceria com a entidade holandesa Iniciativa para Comércio Sustentável (IDH) para ampliar o programa Soja Plus em 2017. A parceria consiste no desenvolvimento de um projeto piloto de restauro de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas em propriedades rurais do estado.

Desenvolvido em 2011, em uma parceria entre a Aprosoja e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), o programa Soja Plus é gratuito aos agricultores e tem por finalidade a melhoria contínua das condições sociais, de trabalho e ambientais nas fazendas produtoras de soja. Nesses seis anos de existência do programa, 1.122 agricultores aderiram a ele, totalizando 1,7 milhão de hectares de área plantada em Mato Grosso.

Piccoli explica que o projeto piloto com a IDH começará em Sorriso, na região norte de Mato Grosso, e abrangerá propriedades no seu entorno (aproximadamente um raio de 80 quilômetros). Sorriso é o município com maior área plantada de soja no estado, respondendo por 1% da produção mundial do grão.

"A princípio, a meta é orientar e incentivar que 200 propriedades em oito municípios da região recuperem áreas de preservação ambiental que estejam degradadas em suas propriedades", afirma Piccoli.

Para aderirem ao projeto piloto, os agricultores deverão estar inscritos no Soja Plus ou se inscreverem no momento da adesão. Na prática,

Soja Plus em números

- **Criado em 2011;**
- **Mato Grosso foi o primeiro estado;**
- **1.122 agricultores em Mato Grosso e 1.322 no Brasil;**
- **1,7 milhão de hectares de soja em Mato Grosso e 7,2 milhões no Brasil;**
- **2.093 pessoas treinadas em Mato Grosso e 5.100 no Brasil.**

Fonte: Aprosoja; ABIOVE

isso equivale a produtores rurais que já foram qualificados em cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT) sobre legislações trabalhista e ambiental, que adotam ferramentas de gestão em suas propriedades e que já foram visitados por supervisores de projetos da Aprosoja.

"Periodicamente, realizamos revisitações nas fazendas para registrarmos o *status* de adequação de cada participante aos preceitos do programa. Nosso *checklist* soma mais de 180 indicadores que precisam ser mantidos atualizados", explica Sassagima.



O primeiro país a reconhecer impactos do Soja Plus foi a China
Foto: Aprosoja



Em fevereiro, a indústria europeia validou o programa Soja Plus
Foto: Isa Sousa

A efetividade do Soja Plus tem sido reconhecida pelo mercado internacional. Em março de 2016, o governo chinês reconheceu o programa como "passaporte" da soja sustentável. No início deste ano, foi a vez da União Europeia, por meio da Federação Europeia dos Fabricantes de Rações (FEFAC), da Federação Europeia de Óleo Vegetal e Proteínas (FEDIOL) e da IDH.

"Em todas as nossas missões internacionais e nas visitas que recebemos de representantes de outros países, fica claro o interesse em manter relações comerciais com os agricultores que integram o Soja Plus. O programa vem sendo visto como uma importante chancela da soja brasileira mundo afora", afirma o presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin.

Além de fomentar, nos agricultores mato-grossenses, a busca pela melhoria contínua em suas propriedades, o programa Soja Plus dissemina conceitos de gestão sustentável e responsável. A presença de supervisores de campo – funcionários da Aprosoja com formação técnica – no cotidiano das fazendas acaba suprindo a carência da extensão rural brasileira, apoiando e orientando o produtor. Em Mato Grosso, 52% dos sojicultores associados à Aprosoja plantam em uma área de até 1.000 hectares, o que os torna, para os padrões do estado, produtores de pequeno e médio portes.

"Funcionamos como um elo que integra o agricultor com outros agentes da cadeia produtiva, com o setor público e a sociedade. Começamos com um diagnóstico do *status* da propriedade, identificando as adequações que precisam ser feitas sob o prisma da legislação. Desse contato direto com o produtor, sai uma forma de trabalho que resulta em um amadurecimento da gestão da propriedade", analisa Sassagima.

CURSOS DO SOJA PLUS

Ano	Participantes
2011	392
2012	283
2013	213
2014	263
2015	294
2016	418
2017	230*
Total	**2.093**

* Resultado parcial
Fonte: Aprosoja

Além de "entrar" nas propriedades, o programa Soja Plus leva qualificação para os participantes. Os cursos do SENAR-MT são realizados seguindo um calendário, e o objetivo é alinhar preceitos, exigências e normas legais que precisam ser seguidos pelos agricultores.

"Os cursos atingem um público maior, porque são abertos a todos os produtores, técnicos ou gestores rurais", informa a gerente da Aprosoja. Em seis anos de programa, já foram qualificadas 2.093 pessoas em todo o estado.

GESTÃO ECONÔMICA

Outra novidade do programa para 2017 é a inclusão do projeto Referência em seu escopo de trabalho. Lançado em 2007 para ajudar os associados da Aprosoja com a gestão econômico-financeira de suas propriedades, o Referência apresenta um exercício de *benchmarking* entre agricultores que ajuda muito na tomada de decisão.

"Agora, quem participar do Soja Plus poderá aderir automaticamente ao Referência. Em nossa visão, o conceito de sustentabilidade inclui a viabilidade econômica da propriedade. Afinal, muitas das adequações exigidas pelas leis brasileiras têm impacto financeiro para o produtor", observa Piccoli.

ALCANCE NACIONAL

O programa Soja Plus nasceu em Mato Grosso, mas, hoje, a iniciativa também pode ser encontrada em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia. No total, nestes quatro estados, há 1.322 propriedades integradas, que produzem 7,2 milhões de toneladas de soja. Os investimentos somam R$ 14 milhões desde 2011, e mais de 2,3 milhões de hectares de soja foram verificados pelas equipes do programa.

As metas para 2017, em âmbito nacional, incluem ampliar de 5,1 mil para 7,0 mil o número de produtores treinados nos cursos, e de 1,3 mil para 2,0 mil o número de fazendas que receberão assistência técnica.

A Aprosoja e a ABIOVE também pretendem levar o programa para Goiás e Maranhão, quarto e décimo produtores de soja do País, respectivamente. ■

PROGRAMA SOJA PLUS

Estado participante	*Ranking* da produção
Mato Grosso	1º
Goiás	4º (em implantação)
Mato Grosso do Sul	5º
Bahia	6º
Minas Gerais	7º
Maranhão	10º (em implantação)

Fonte: ABIOVE



Em Mato Grosso, 1.122 agricultores participam do programa
Foto: Lucas Ninno

CULTIVAMOS INOVAÇÃO

EM UM PLANETA DE QUASE 10 BILHÕES DE PESSOAS, O DESAFIO DE PRODUZIR ALIMENTOS EM UMA ESCALA JAMAIS VIVENCIADA EM OUTRO MOMENTO DA HISTÓRIA HUMANA SE TORNOU A GRANDE META DA AGRICULTURA MODERNA. SOMENTE COM MUITA PESQUISA E TECNOLOGIA AUMENTAMOS A PRODUTIVIDADE DE MANEIRA SEGURA, PRESERVANDO A SAÚDE DAS PESSOAS E O MEIO AMBIENTE, COM MAIS QUALIDADE E EM MENOS ÁREA PLANTADA. TEMOS ORGULHO DE FAZER PARTE DA CADEIA DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL, QUE VEM NOS ÚLTIMOS ANOS TRANSFORMANDO OS RESULTADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA E NOS TORNANDO UM DOS PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS. TEMOS AINDA MAIS ORGULHO, EM VER TODA ESSA INOVAÇÃO MATERIALIZADA NO PRATO DE BILHÕES DE PESSOAS NO BRASIL E NO MUNDO. TODO DIA.

WWW.ANDEF.COM.BR

CropLife LATIN AMERICA
Representando la Industria de la Ciencia de los Cultivos

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

ORPLANA



GESTÃO ESTRATÉGICA E ASSOCIATIVISMO

Sistema integrado ORPLANA



CELSO ALBANO DE CARVALHO
GESTOR EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO CENTRO-SUL DO BRASIL (ORPLANA)

Desde o começo deste século, a dinâmica do setor sucroenergético levou à expansão das fronteiras dos canaviais, com a formação e o desenvolvimento de produtores. Com a implantação de muitas unidades industriais, a lavoura ganhou escala de produção no campo. Enquanto isso, para o crescimento ordenado da cadeia produtiva, a elaboração e a execução de planos de investimentos exigiram maciços recursos financeiros.

Nesse agronegócio gigante, a ORPLANA atua no elo da produção (fornecedor) de cana-de-açúcar, com a participação de 33 associações de cinco a noventa anos de existência, aglutinando mais de 11.000 associados, em cinco estados da região Centro-Sul.

O Planejamento Estratégico (PE) da ORPLANA para o horizonte 2015-2025 estabeleceu como peça-chave a construção de um espaço corporativo para apoiar de forma integral as associações, com um grande "efeito guarda-chuva". Para conciliar dois pontos cruciais – a administração estratégica e o associativismo –, a entidade fixou como prioridade separar as suas ações de cunho político-representativo-institucionais da gestão organizacional.

O diagnóstico do PE identificou a prática de ações paralelas, em duplicidade e sem convergência entre

as associações. Pessoas, capitais e recursos diversos poderiam ser melhor otimizados por outros modelos de parceria. Para tanto, traçou-se um plano de trabalho de motivação, incentivo e envolvimento entre elas, com uma visão voltada para o caminho mais eficiente e eficaz da cadeia produtiva.

Nesse processo, concebeu-se um projeto de regionalização para ajudar na compreensão das diferenças existentes nas áreas cultural, social, econômica e de produção das associações. Elegeram-se locutores regionais para facilitar os intercâmbios interno e externo entre elas.

Formamos Grupos de Trabalho (GTs) com profissionais de competências distintas, para dar suporte e boa gestão ao produtor de cana nas áreas jurídica e de meio ambiente, comunicação e relacionamento, indicadores de desempenho e análises laboratoriais, dentre outras.

Assim, quando cruzarmos temas como sustentabilidade, Protocolo Agroambiental, legislação trabalhista, segurança e saúde no trabalho, eficiência produtiva e inovação tecnológica, poderemos mostrar a importância da comunicação, com

DIRETRIZES DO PE DA ORPLANA: VISÃO 2015-2025

- Implantar o sistema de governança;
- Estruturar e organizar associações;
- Envolver ampla ação de comunicação nos ambientes interno e externo;
- Buscar capacitações técnica e gerencial para seus profissionais e colaboradores;
- Gerar serviços e informações de valor;
- Estabelecer estratégias na percepção da relevância real do fornecedor;
- Manter relacionamento equilibrado entre os elos da cadeia produtiva.



informações e narrativas claras, para entender os cenários desenhados.

À medida que incentivarmos as boas relações político-institucionais entre as associações, os associados, as usinas e as empresas de máquinas, insumos e serviços, poderemos sempre conscientizar sobre a necessidade da revisão constante do Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA) como metodologia ímpar na precificação da matéria-prima com transparência, prioridade e qualidade.

MUNDO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

Como esse elo da cadeia produtiva de cana-de-açúcar é bem heterogêneo, com hábitos distintos, diversos sistemas de produção, realidade econômica múltipla e variados desejos e preferências, é importante entender como as soluções e os cenários chegam aos produtores.

Na formação das alianças estratégicas, as associações passaram a experimentar o grande diferencial no diálogo entre as suas correlatas vizinhas, de modo a compartilhar conhecimento, sucessos e insucessos, em prol de uma causa única e principal. Essa troca de experiência é salutar.

Na verdade, de nada adianta que as associações iniciem novas ações sem antes "derrubarem os muros existentes entre elas". Ao direcionarmos as informações para cima, junto à ORPLANA, passamos a conhecer e disseminar as necessidades existentes nas bases de produção. Aos poucos, mudaremos da categoria de condomínios isolados para uma grande integração associativa.

Hoje, o setor sucroenergético "ventila" um ar de prosperidade impulsionado pelo maior consumo de biocombustíveis, alimento e energia renovável. A ORPLANA, como deseja desfrutar desta

DESAFIOS NOS NOVOS CANAVIAIS

Além da eficiência na atividade produtiva, cabem a redução urgente nos custos de produção, o olhar de preço justo coerente com a realidade defasada do produtor de cana e ações de representatividade e mobilização, nos aspectos associados a:

- Regulamentação trabalhista;
- Segurança e saúde no trabalho;
- Adequação ao Código Florestal e ao Protocolo Agroambiental;
- Erradicação da queimada;
- Mecanização próximo a 100%.

Também no sistema produtivo, grandes obstáculos devem ser desobstruídos quanto maior for a eficiência produtiva, com indicadores de produtividade ousados a serem perseguidos. Com a agricultura mais tecnológica a bater nas suas portas, o produtor de cana é forçado a se transformar em um "agroempresário".

Temas como biocombustíveis, energia renovável, matriz energética, uso racional e otimizado dos recursos naturais ficam recorrentes a cada dia. Isso impõe ao produtor de cana a necessidade de se "reinventar". É preciso entender cenários e conjunturas, nunca discutidos com tanta veemência como na atualidade.

Enfim, o produtor e seus colaboradores terão de assimilar e se apropriar das novas tecnologias de agricultura de precisão, controle de tráfego, plantio direto e tecnologia da informação; todas elas são responsáveis por contribuições positivas nas previsões de aumento de produtividade e qualidade da cana-de-açúcar.

conjuntura, pode elevar o papel de protagonista do produtor, com um futuro seguro e rentável.

A busca de excelência na produção agrícola entre os fornecedores contribui para a coordenação da cadeia produtiva sucroenergética. Por outro lado, como implica o fortalecimento da atuação política, pressiona a participação de seus dirigentes e representantes nos fóruns do sistema produtivo canavieiro do Brasil e do mundo. Assim, para ser porta-voz renomada dos produtores, a ORPLANA precisa entender as demandas básicas deles, como elo importante na coordenação entre governos, produtores e indústria.

As ações de engajamento, formação e capacitação junto à base de produção representam a sequência lógica das alianças montadas no PE da ORPLANA. Nessa visão de convergência, a entidade deve mobilizar, nos fóruns de discussão, desde a gestão de riscos na comercialização dos insumos de produção até o entendimento da metodologia da venda de cana.

A formação do produtor com visão mais empresarial, independentemente do seu tamanho e do seu perfil, faz parte, também, dos projetos das diversas empresas atuantes no agronegócio de cana. Com suas competências específicas, esses atores podem dar suporte a uma base de produtores mais resistentes às mudanças.

Ainda sob as sequelas da crise experimentada nesta década, essa visão de recuperação do setor sucroenergético identifica novos passos na expansão, que deve ser delineada com cautela, pois envolve modelos mais sustentáveis, como o monitoramento do plantio, o zoneamento agroecológico e a aptidão econômica da região potencial.

As alianças estratégicas representam o melhor caminho, por meio das quais se troca a relação de "um *versus* o outro" pela "soma de todos pelo todo". Neste ano, a ORPLANA enceta uma série de ações transformadoras no agronegócio de cana. Pretendemos atender os anseios do produtor, com a apresentação dos resultados obtidos na Implantação do Plano Estratégico da ORPLANA – Visão 2015-2025, tendo como atividades:

I. Programa de Capacitação e Melhoria Contínua e Assistência Técnica para Produtores de Cana-de-açúcar

O projeto coloca novos paradigmas desafiadores na introdução de atitudes mais proativas e progressistas na produção de cana-de-açúcar. O espírito associativo fortalece esse processo, pois oferece



mais poder coletivo para o fornecedor isolado. Trata-se de parte de um processo dinâmico de inovação, com aprendizado contínuo e indispensável para o desenvolvimento do negócio.

Objetivos

- Promover o desenvolvimento técnico e gerencial do produtor de cana;
- Levar conhecimento útil, aplicado e individualizado ao produtor.

Resultados

- Assegurar a competitividade do produtor;
- Garantir a visão de agricultura do futuro: sustentável, ética e moderna.

Meta

- Desenvolver e capacitar 3.300 produtores durante seis anos (média de 550 produtores por ano), nos seguintes temas:
  - ◊ Agricultura de precisão;
  - ◊ Certificação da produção;
  - ◊ Controle de custos de produção;
  - ◊ Diversificação de atividades e de renda;
  - ◊ Legislações florestal e trabalhista;
  - ◊ Novos sistemas de propagação da cana;
  - ◊ Planejamento agrícola;
  - ◊ Planejamento e organização administrativa.



Pilares

- Interação: estimular as discussões em grupo e incentivar a troca de experiências entre os produtores e os GTs;
- Capacitação: discussões visando às capacitações técnica e gerencial dos produtores e à disponibilização de materiais e ferramentas aplicadas. Estimular a participação dos profissionais das associações;
- Análise comparativa, com gráficos e dados dos produtores que possibilitem avaliar e comparar a *performance* do seu negócio com a dos outros participantes, bem como identificar quais são as melhores práticas operacionais e de gestão.

II. Projeto Segmentação do Produtor de Cana

Objetiva o melhor entendimento e a estratificação do produtor em seus diferentes níveis tecnológicos, econômicos e sociais.

III. O **Fórum de Produtores de AgroEnergia**, como parte da programação da FENASUCRO & AGROCANA 2017, de 22 a 25 de agosto próximo, com uma discussão globalizada dos principais países produtores de cana e de beterraba açucareira do mundo.

IV. A realização da 4ª edição do programa **Caminhos da Cana**, coordenado pelo professor Marcos Fava Neves.

V. A execução do **Plano Global de Integração da Cadeia da Cana-de-Açúcar**, com o objetivo de aproximar e fortalecer o produtor de cana-de-açúcar junto às suas associações representativas e à ORPLANA.

Certamente, muitos podem enxergar essas ações como sendo de difícil consolidação, mas preferimos pensar em realizar os sonhos a conviver e remoer os pesadelos. ■



7º COFFEE DINNER & COFFEE SUMMIT

BRASIL: O SEU PARCEIRO NO AGRONEGÓCIO MUNDIAL DE CAFÉ!

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), realizou, nos últimos dias 8 e 9 de junho, a sétima edição do seu tradicional evento Coffee Dinner & Coffee Summit. Promovido bienalmente, neste ano o evento teve como tema "**Brasil: o seu parceiro no agronegócio mundial de café!**" e atraiu mais de 900 pessoas envolvidas em todo o setor cafeeiro, entre eles exportadores, importadores, produtores, cooperativas, industriais, corretoras de mercadorias e valores, bancos, governo, entidades e associações setoriais.

O evento, que combina um jantar de gala com uma tarde de grandes debates e análises dos cenários cafeeiros nacional e internacional, visa promover um ambiente de confraternização e aproximação dos diversos profissionais, possibilitando a ampliação de contatos e o fomento de novos negócios, além da oportunidade de debater os temas relevantes que movimentam o agronegócio atualmente. Na oportunidade, o CECAFÉ faz homenagens aos destaques do setor cafeeiro, com o objetivo de reconhecer aqueles que contribuem com o sucesso da cafeicultura brasileira.

O caráter internacional do Coffee Dinner & Coffee Summit é, também, uma oportunidade de promover os cafés do Brasil enquanto produtos sustentáveis e de qualidade, mostrando a sua força, representatividade e posição de liderança absoluta no agronegócio mundial de café, refletindo a eficiência do País e permitindo vislumbrar um cenário no longo prazo bastante favorável.

Coffee Dinner

O Coffee Dinner foi realizado na Sala São Paulo e contou com a parceria do Museu do Café, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. No evento, houve a cerimônia de entrega do troféu "Empreendedores do Café", para aqueles que se destacaram na contribuição para o fortalecimento e o crescimento sustentável do agronegócio nacional de café.

Neste ano, foram contemplados com o troféu "Empreendedores do Café" a Rede Globo, como Empresa Amiga do Café, o jornal Valor Econômico, como Destaque Jornalístico, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), como Maior Exportador de Café, a Café 3 Corações, como Maior Torrefador Nacional, a Cia. Cacique de Café Solúvel, como Maior Exportador de Café Solúvel, a Jacobs Douwe Egberts (JDE), como Destaque Investimentos no Brasil e Exportação de T&M, Francisco Sérgio de Assis, como Destaque Produção, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), como Destaque Pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), como Destaque Inovação, o Instituto Agronômico (IAC), como Instituição Destaque, além das homenagens a João Antônio Lian e Guilherme Braga Abreu Pires Filho pelos serviços prestados ao CECAFÉ.

Coffee Summit

Já o Coffee Summit, que ocorreu no Centro de Convenções do Hotel Tivoli Mofarrej, foi dividido em diversos painéis com temas relacionados ao universo do café. O painel de abertura teve como foco salientar as perspectivas macroeconômicas atuais e foi realizado pela economista do Bradesco Fabiana D'Atri. Na sequência, o painel Desafios do Abastecimento Mundial do Café ganhou destaque com a participação de Ladislau Martin Neto e Evaristo Eduardo de Miranda, respectivamente diretor executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa e chefe-geral da Embrapa e, também, do diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC), José Dauster Sette. Os palestrantes debateram os principais pontos relacionados à competitividade e à sustentabilidade, além da ocupação e do uso das terras no Brasil. O último painel, Fluxo do Consumo Mundial de Café, contou com a presença de Lara Brans, presidente da JDE no Brasil, e Rodrigo Costa, diretor de Commodities da Comexim nos EUA.

Os debates visaram gerar expectativas e entendimentos dos fluxos comerciais e de mercado, com os objetivos de ampliar o conhecimento e elaborar cenários futuros para a cafeicultura brasileira. ■





SOBRE O CECAFÉ

Fundado em 1999, o CECAFÉ representa e promove ativamente o desenvolvimento do setor exportador de café nos âmbitos nacional e internacional. A entidade oferece suporte às operações do segmento por meio do intercâmbio de inteligência de dados, ações estratégicas e jurídicas, além de projetos de cidadania e responsabilidade social. Atualmente, possui 139 associados, entre exportadores de café, produtores, associações e cooperativas no Brasil, correspondendo a 95% dos agentes deste mercado no País.



Comemorado no primeiro sábado de julho, o Dia Internacional do Cooperativismo celebra a contribuição das cooperativas para a construção de um mundo mais justo, com melhores oportunidades para todos. Neste ano, a inclusão foi o tema escolhido para a comemoração, em convergência com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

facebook.com/sistemaocesp

@sistemaocesp

Sistema Ocesp

SESCOOP/SP

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

www.sescoopsp.coop.br

DESENVOLVENDO AS COOPERATIVAS PAULISTAS

COOPERATIVA, UM MODELO MAIS JUSTO DE NEGÓCIO

EDIVALDO DEL GRANDE
Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo (Sescoop/SP)



COOPERATIVAS SÃO empreendimentos diferenciados. Nascem com o propósito econômico, como as demais empresas, mas com viés fortemente social. As pessoas de determinado ramo de negócio unem-se numa cooperativa para conseguir ingressar no mercado tão competitivo. Juntos, estes empreendedores, em sua maioria pequenos, ganham escala, diminuem custos e aumentam o poder de barganha. A força do cooperativismo está na união das pessoas, no modelo democrático de administração e no apelo social.

Há cooperativas nas mais variadas atividades econômicas, como agropecuária, crédito, consumo, energia, saúde, transporte, turismo, reciclagem e tantas outras. Todo sócio, chamado de cooperado, tem direito a voto nas assembleias que decidem os rumos do negócio. Os cooperados são donos e, ao mesmo tempo, usuários dos serviços e dos produtos da cooperativa.

Outro ponto positivo desse modelo é a melhor distribuição de renda. As cooperativas não têm o objetivo do lucro para poucos, mas sim o de gerar e distribuir renda a todos os cooperados, de forma proporcional ao trabalho ou à participação de cada um. Esta distribuição mais justa e ampliada da receita aquece a economia do entorno da cooperativa, nas comunidades onde vivem os cooperados, atraindo investimentos em saúde, educação, transporte, comércio, habitação, lazer etc. Pesquisa feita pela Universidade de São Paulo (USP) já demonstrou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é melhor em municípios com cooperativas.

E a receita não é de hoje. Desde o surgimento da primeira cooperativa da Era Moderna, em meados do século XIX, na Inglaterra, o cooperativismo estabeleceu-se com base em valores e princípios. As cooperativas fundamentam-se na ajuda mútua, na responsabilidade social, na democracia, na igualdade, na equidade e na solidariedade. São empresas, sim, mas com DNA social.

No estado de São Paulo, somos 4 milhões de cooperados em mais de 1.100 cooperativas, que movimentam R$ 45 bilhões por ano, gerando crescimento econômico aliado a benefícios sociais para toda a comunidade, de maneira duradoura, sustentável. No Brasil, são 6.700 cooperativas e 13 milhões de cooperados. No Planeta, há mais de 1 bilhão de cooperados. Temos orgulho de participar de um sistema que melhora a qualidade de vida de tantas e tantas famílias.

Por todos esses motivos, há cinco anos, as Nações Unidas (ONU) chamaram a atenção do mundo ao decretarem o Ano Internacional das Cooperativas. Por todos esses motivos, as cooperativas têm sido reconhecidas como empreendimentos promotores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Por tudo o que representam e realizam, as cooperativas garantem que ninguém fique para trás. ■

A REFORMA TRABALHISTA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A PROPOSTA de reforma trabalhista que se encontra no Senado Federal – Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38/2017 –, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo modernizar uma legislação de 1943 que sofreu algumas alterações no decorrer do tempo, mas, que, infelizmente, não se atualizou suficientemente para as novas relações de trabalho, existentes na dinâmica atual entre patrões e empregados.

O PLC contempla, entre seus principais alicerces, a serem aplicados nas novas relações, a segurança jurídica, posto que a legislação atualmente defasada gera insegurança num momento em que convenções trabalhistas são unilateralmente anuladas, ainda que parcialmente.

O que se pretende com o PLC é trazer à formalidade um enorme contingente de mão de obra que vive na informalidade, o qual não existe para a legislação e muito menos contribui para a previdência. A reforma trabalhista pretende integrar essas pessoas na formalidade, e a flexibilização proposta visa auxiliar o trabalhador a garantir direitos e negociar diretamente com o empregador.

Nesse aspecto, outro importante ponto da reforma é a prevalência dos acordos e das negociações coletivas em face da legislação, sem qualquer ofensa a dispositivos de lei que tratem de direitos dos trabalhadores, como o 13º salário, férias etc. Contudo, a reforma assevera, em outras palavras, o predomínio do que restar acordado entre as partes.

É certo que, sem entrar em minúcias do PLC, a necessidade de reforma está, também, relacionada à mudança de comportamento das novas gerações, que possuem novos valores e ambições, diferentes dos de seus antepassados. Deste modo, as negociações entre patrões e empregados que viabilizem a permanência dos trabalhadores em suas residências, dedicando maior tempo aos seus familiares, estão entre os maiores anseios atualmente postulados.

No que concerne ao agronegócio, há necessidade de adequação aos usos e aos costumes no tratamento do trabalhador rural, assim como já ocorre com o trabalhador urbano. Não podemos aceitar a aplicação de uma legislação tipicamente urbana ao meio rural. É indispensável a atenção às peculiaridades das atividades que podem ensejar tratamentos diferenciados em casos específicos.

No nosso entendimento, a reforma trabalhista será uma ferramenta fundamental para o crescimento sustentável da economia brasileira. O agronegócio precisa de uma legislação trabalhista ajustada aos avanços das atividades do setor, sem que atinja quaisquer direitos assegurados aos trabalhadores.

A aprovação da reforma poderá garantir segurança jurídica para as relações trabalhistas, com uma lei que realmente funcione para o setor. A nossa expectativa é de que os investidores e, especialmente, os produtores rurais – aqueles que, neste momento, sustentam a economia do País – possam ter segurança no exercício das atividades que muito bem sabem desempenhar.

O agronegócio tem se mostrado como o principal segmento responsável pelo ressurgimento do emprego formal – o crescente número de carteiras assinadas no setor ratifica esta posição. Esperamos o devido reconhecimento, com a adequação de uma legislação defasada e anacrônica, o que permitirá a retomada do crescimento do País. ■

O PRODUTOR RURAL É UM FORTE

CHRISTIAN LOHBAUER
Diretor de Assuntos Corporativos e Governamentais da Bayer S.A.

Se é Bayer, é bom

A MAIORIA dos brasileiros, cidadãos do ambiente urbano, desconhece a realidade do campo e a importância dos produtores rurais no desenvolvimento do País. Independentemente do tamanho da sua propriedade e da atividade agrícola que desempenhe, o produtor agrícola é a ponta de uma cadeia incomparável de produção de riquezas. Do grande produtor de soja do Mato Grosso ao integrado pequeno produtor de frangos no interior de Santa Catarina e ao produtor de mel de São Paulo, há uma grande quantidade de respeito à terra, à natureza e ao trabalho duro. Há resiliência para se manter firme contra as intempéries de um ambiente tropical agressivo, repleto de doenças e pragas frequentes com que o clima temperado e frio dos concorrentes de outras regiões do mundo não encontra comparação.

Não fossem suficientes os desafios sanitários da natureza para produzir alimento barato e de qualidade, o produtor rural não é dono do clima: depende da chuva e do sol em quantidades adequadas. E sabe que é Deus quem determina sua frequência. E, no que cabe aos homens, disponibilizar boas estradas, portos eficientes, créditos e seguros – aí se está mesmo nas mãos de Deus. No Brasil, é da porteira para dentro que a coisa funciona. Da porteira para fora, é desafio para os fortes. É por isso que, infelizmente, uma parcela minoritária dos produtores rurais inclui-se entre aqueles que ganham dinheiro com a atividade. A maioria vive do sonho de um dia ter estabilidade e sair do ganha-perde permanente.

A nova safra de grãos recordista do Brasil em 2017 é a marca de um setor formado por gente que sabe o que faz; gente que não desiste. Em uma década, o mundo espera que o Brasil produza 40% a mais de grãos do que produz hoje – proteína vegetal que nutrirá seres humanos e animais e que se tornará alimento para brasileiros, chineses, europeus e gente de todo o mundo. É necessário que o produtor rural seja pelo menos reconhecido pelos outros brasileiros como aquele que dá ignição a toda a cadeia produtiva competitiva que ainda resta no País. Não há indústria química, têxtil, automobilística ou farmacêutica sem a criação da riqueza do campo que vai para os mercados interno e externo, irriga as cidades de renda e produz consumo. Viva o produtor rural brasileiro! ■


MATERIAL BAYER

DIÁRIO DE BORDO

OLHAR A FLORESTA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

O CENÁRIO político conturbado em que estamos mergulhados acaba afetando a economia, como todos os analistas vêm afirmando. Investidores esperam passar a tempestade para decidir o que fazer, e tudo vai ficando adiado. O desemprego segue muito elevado, e, sem investimentos robustos, não há sinais animadores para a sua redução.

No caso do agronegócio, dois problemas seriam os mais graves: de um lado, o atraso nas votações das reformas indispensáveis para a competitividade de todos os setores produtivos, o agro inclusive; de outro lado, o Plano Safra, anunciado no dia 7 de junho passado, deveria refletir as dificuldades político-econômicas do País, mostrando números pouco alvissareiros.

No entanto, as coisas não se passaram de acordo com essa expectativa pouco otimista.



O Plano Safra foi melhor do que se esperava, até mesmo com algumas boas surpresas diante do que havia vazado dias antes.

Para começar, o volume de recursos disponibilizados foi da ordem de R$ 190,25 bilhões, cerca de 2,5% a mais do que no ano anterior. Isso fica dentro até mesmo do estipulado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto, porque a inflação do ano anterior foi de 6,3%. Já a taxa de juros caiu, em média, 1%, menos do que se esperava. De fato, com uma inflação futura estimada em algo perto de 4% a.a., e com juros reais cabíveis para o agro em torno de 3,0% a 3,5% a.a., os juros máximos para o Plano Safra não deveriam superar 7,5% – no máximo. Ficaram acima disso para a maior parte dos programas. Mas, ficaram abaixo para programas muito importantes, como o financiamento para construção de armazéns e para investimentos em inovação tecnológica (6,5%). Já o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) – em que está inserida a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) – ficou com 7,5%, mesma taxa para médios produtores (Pronamp e Moderinfra).

O Moderfrota, outro importante elemento para investimentos, teve um aumento de recursos de R$ 5,05 bilhões, no ano passado, para R$ 9,20 bilhões, neste ano, e os juros caíram 1% também.

A frustração ficou por conta do seguro rural, embora o dinheiro para subvenção tenha crescido, chegando a R$ 550 milhões. E ainda é pouco.

O seguro precisa ser entendido de acordo com um conceito que está claro nos países desenvolvidos e ainda claudica nos emergentes: garantir a estabilidade de renda dos produtores rurais é o único meio de garantir que estes continuem na atividade. E isso representa garantia de produção de alimentos para evitar a fome. Em outras palavras, a estabilidade da atividade produtiva interessa aos consumidores. Por isso, os governos preocupam-se em atender os agricultores: se faltar comida, não haverá tranquilidade e os governos acabarão caindo, visto que a imensa maioria dos eleitores é consumidora.

Eis porque o seguro é tão importante e deve ser acoplado ao crédito rural e a preços de garantia. E o seguro tem que cobrir não apenas as intempéries climáticas, mas também a oscilação dos preços. Temos que caminhar nessa direção.

Mas, como disse o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, nessa atual crise terrível temos que olhar a floresta toda, e não apenas a árvore.

Resta torcer para que as coisas melhorem logo. ■

PRODUZIR

O AGRO DE DIFERENTES ESCALAS PARA DIFERENTES MERCADOS

JOÃO ADRIEN
Diretor executivo da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O PENSAMENTO que permeou o desenvolvimento do Brasil no século XX teve como base a criação de uma economia de escala para torná-lo um *player* global, conquistando mercados competitivos e exigentes. Sob esse pensamento, o País se tornou uma das dez economias mais pujantes do mundo, passando de importador de alimentos para um dos principais exportadores.

Essa dinâmica foi acompanhada por um arcabouço legal voltado para a padronização das leis sanitárias, para garantir qualidade e segurança na alimentação. Este arcabouço legal possibilitou o desenvolvimento de grandes indústrias alimentícias, porém, nos dias de hoje, está obsoleto e, em certas circunstâncias, coloca na ilegalidade os diversos modelos de diferentes escalas da agricultura brasileira.

Com o aumento de renda na primeira década do século XXI, o consumo de produtos de maior valor agregado teve crescimento exponencial no País, sinalizando a disposição do consumidor em pagar um diferencial para uma produção diferenciada.

Para o Brasil, essa tendência é uma oportunidade para estruturar um modelo de produção que podemos definir como de "pequena escala". Diferentemente da produção de *commodities*, na qual o produtor não interfere no preço final de seu produto; neste modelo de "pequena escala", o produtor consegue agregar valor à sua produção.

O que existe, neste momento, é um grande potencial para o Brasil desenvolver, de forma integrada, uma economia de escala para a produção de alimentos com baixo custo para populações de menor renda e, ao mesmo tempo, estruturar de forma competitiva e moderna uma produção de "pequena escala" porém com alto valor agregado. Este modelo é a base do agro de países como a França, a Itália, entre outros.

A SRB, recentemente, desenvolveu a Feira Viva, com o intuito de aproximar o produtor rural do público consumidor, abrindo mercado e visando estruturar a cadeia produtiva de produtores que tenham uma produção diferenciada, conciliando conceitos como agricultura, meio ambiente, gastronomia e regionalidade. Estes conceitos valorizam e fortalecem as diversas regiões brasileiras, trazem reconhecimento ao produtor rural e apresentam inovações tecnológicas e artesanais para uma produção que tenha relevâncias gastronômica, cultural e produtiva para o País.

Com a Feira Viva, a SRB discute os desafios para o desenvolvimento desses novos modelos produtivos e, principalmente, como o arcabouço legal não coloca na ilegalidade esse tipo de produção. Atualmente, a legislação ainda está pensada para uma dinâmica de grandes empresas. O desafio, neste momento, é dar o próximo passo e desenvolver uma agroindústria artesanal competitiva, que venha, também, a ter escala no País.

Nesse sentido, surge a necessidade de pensar e estruturar novos modelos de produção para a diversidade de produtores rurais brasileiros e os diferentes mercados e consumidores que surgem no século XXI. Iniciativas como a Feira Viva e entidades como a SRB propõem-se a pensar na estruturação dessa cadeia produtiva de forma pragmática, sem ideologia e gerando renda e alternativas para que o produtor rural tenha oportunidades de continuar no campo. ■



OPINIÃO

SÃO PAULO, COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O GOVERNADOR Geraldo Alckmin autorizou, no último dia 25 de maio, o investimento de R$ 120 milhões para modernização da estrutura de vinte institutos de pesquisa paulistas, por meio de recursos repassados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que gerenciará este programa. Os recursos beneficiarão nossa Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e seus seis institutos de pesquisa: o Agronômico (IAC), o Biológico (IB), o de Economia Agrícola (IEA), o de Pesca (IP), o de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e o de Zootecnia (IZ).

O repasse de até R$ 20 milhões a cada instituto pode representar um salto de qualidade no trato da política de desenvolvimento científico e tecnológico paulista, tanto no que se refere ao fomento de projetos com aplicação futura, como no que se refere aos significativos incrementos na atuação presente dos institutos. Participamos ativamente na construção dessa alternativa, com uma postura muito proativa dos dirigentes dos nossos institutos, envolvidos desde o início na negociação dos termos do edital publicado.



Os investimentos nos seis institutos e nos quatorze polos regionais provaram ser muito bem empregados, com um retorno gigantesco, como pode ser evidenciado pelos resultados apresentados na segunda edição do "Balanço social 2014-15", no qual se constatou que, para cada R$ 1,00 investido, o retorno à população foi de R$ 11,40.

Nesse período, foram investidos R$ 616,4 milhões na APTA, sendo 74% deste valor oriundos do governo do estado de São Paulo, 17% da iniciativa privada e 3% das agências de fomento estadual e federal. Nesse mesmo período, o impacto das tecnologias desenvolvidas pela Agência foi de R$ 7 bilhões.

Esses resultados foram possíveis graças a um investimento contínuo do governo do estado em nossas unidades, permitindo a adequação e a modernização da nossa infraestrutura, principalmente laboratorial. Um dos resultados dessa ação foi a implantação de programas de qualidade que possibilitaram a acreditação pela norma ISO 17025 e o credenciamento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atendendo a demanda dos mercados interno e externo, envolvendo cerca de 220 normas e procedimentos.

A iniciativa privada é outra grande parceira e usuária das tecnologias desenvolvidas pela APTA. No período analisado, o recurso privado correspondeu a 17% do orçamento da Agência, número alto, principalmente se compararmos com a participação de empresas em outras instituições públicas de ensino e pesquisa. O investimento privado em nossos institutos deve-se, sobretudo, à aplicabilidade dos estudos e à credibilidade conquistada nesses quase 130 anos de pesquisa científica.

Em aliança a tudo isso, é relevante mencionar os avanços que o estado possibilitou entre as áreas de pesquisa, a iniciativa privada em geral e os servidores públicos, possibilitando a aplicação efetiva de novas regras relacionadas à inovação tecnológica, que se iniciam com a efetiva operação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). Trouxe-se, assim, a possibilidade do estabelecimento de relações seguras e que atraem tantos outros tipos de investimentos.

Investir em inovação e tecnologia não é só uma necessidade básica, mas também um grande negócio para toda a sociedade. E o setor agropecuário tem um exemplo vivo disso, algo que não pode ser interrompido! ■

REFLEXÃO

O BRASIL ANTES!

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

De hoje em diante, uma nova visão vai governar nosso país. Será apenas América em primeiro lugar.

Donald Trump, presidente dos EUA

EM PLENO caos político, é lançado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2017/18 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sob os aplausos do setor privado. Enquanto isso, as delações premiadas atordoam a todos, embaralham as perspectivas e trazem a sensação de paralisia certa, de interrupção daquilo antes programado pelo governo federal.

São duas faces do mesmo momento vivido pelo agronegócio brasileiro, exposto aos riscos climáticos, dos preços e, agora, com ênfase, da política brasileira.

Enquanto se elogia a ação do MAPA, os olhos voltam-se para a tentativa de enxergar além do horizonte enevoado das incertezas do encaminhamento das soluções políticas em 2017 e das perspectivas das eleições gerais de 2018.

Após as delações da JBS, com o julgamento da chapa Dilma e Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a denúncia de Rodrigo Janot, da Procuradoria-Geral da República (PGR), contra Temer e as próximas delações, o presidente sobrevive, as reformas são adiadas e as eleições de 2018 podem ficar entre o atraso e o reformismo. O Brasil tem pressa! É preciso fazer as reformas e limpar os malfeitos, ao mesmo tempo. Enquanto o agronegócio segura as pontas da economia, é preciso agir com rapidez no campo das reformas essenciais ao País e ao agronegócio.

Da safra à safrinha, de grãos; do canavial em colheita à safra do café; da carne forte recém-saída dos deslizes das críticas; do papel e da celulose, passando pelo cacau, até as frutas e as flores, a agroindústria segue o seu caminho olhando, de um lado, a queda dos juros e da inflação e, de outro, os riscos do câmbio e a reação das instituições.

Há uma significativa surpresa geral sobre a normalidade nos índices macroeconômicos, em meio às incertezas do dia a dia desde abril deste ano.

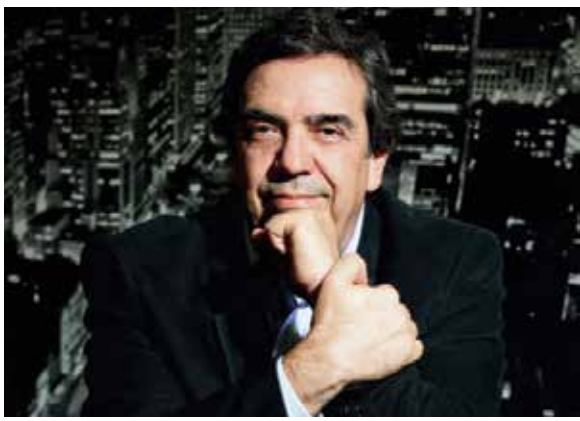
Também vale acentuar o fato de que há alguns indicadores de barreiras à produção ampliada em 2017, como o crédito extremamente seletivo. Esta situação não foi suficiente para segurar um novo recorde na produção de grãos. O modelo brasileiro do agronegócio é, de fato, resiliente e criativo; não é oportunista nem protecionista. É competitivo e luta pelo mercado externo em meio à falta absoluta de acordos comerciais do Brasil com terceiros países.

A expectativa do setor produtivo brasileiro, mesmo consciente do processo lento de recuperação da economia brasileira, seria a do "Brasil em primeiro lugar", para os efeitos ou as reações dos políticos, do Executivo e do Judiciário ao complexo momento vivido. Isso significa dizer que temos claras manifestações das entidades de classe e a esperança de não se perder o foco do "Brasil em primeiro lugar", mas sem o viés protecionista desse mesmo *slogan* usado por Trump, nos EUA, e pelos defensores do Brexit, na Inglaterra.

Sem isso, o retrocesso será certo e terrível. Com isso, estarão alimentadas as esperanças pelo que vem à frente.

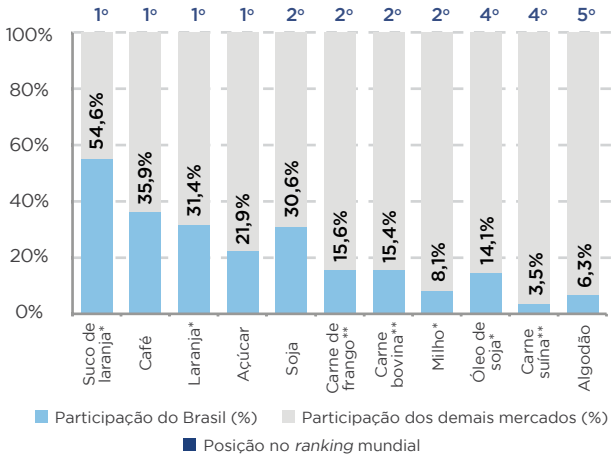
Independentemente das questões políticas, são muito relevantes ao País as reformas trabalhista e previdenciária, para que o retrocesso não ocorra ainda em 2017. Sua aprovação é simplesmente o estancamento da sangria que fragiliza o Brasil de uma forma não antes verificada.

O fundamental é seguir em frente, mesmo que sem pressa, mas sem perder tempo! ■



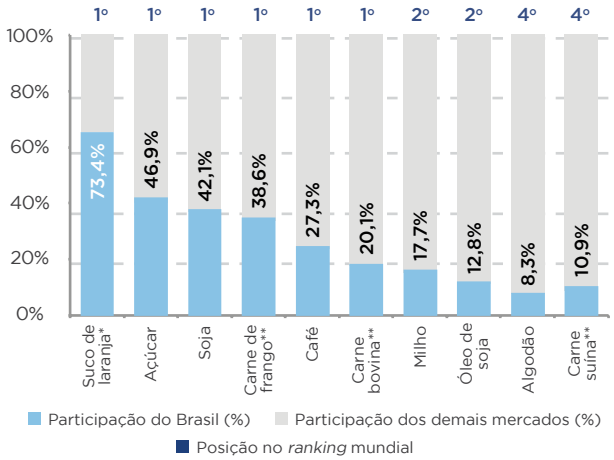
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



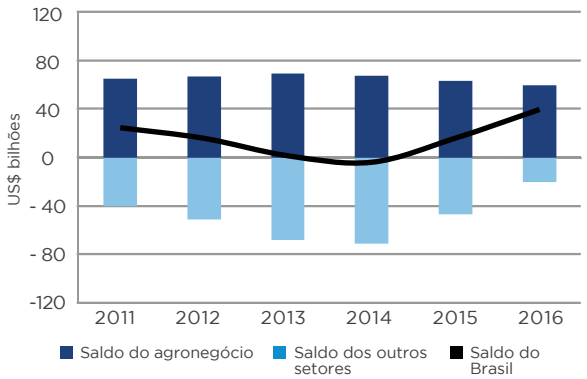
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



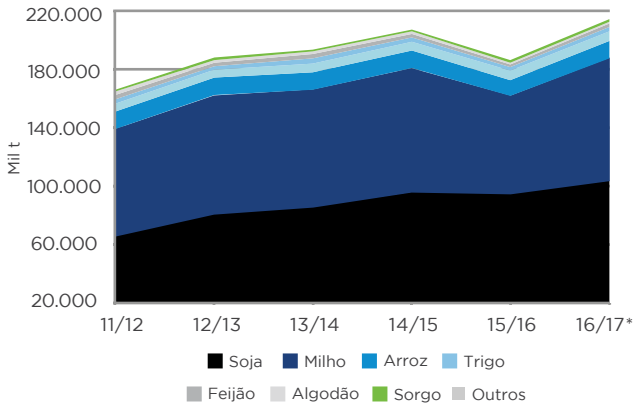
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



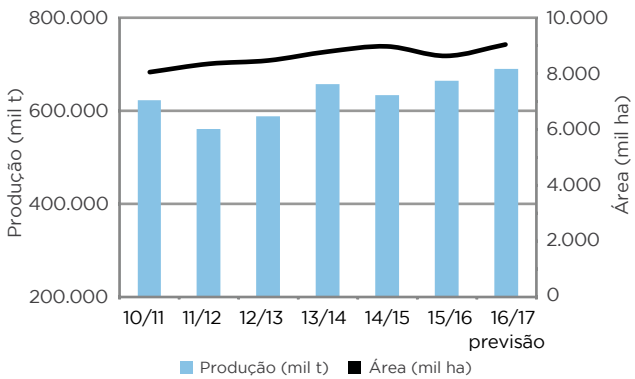
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



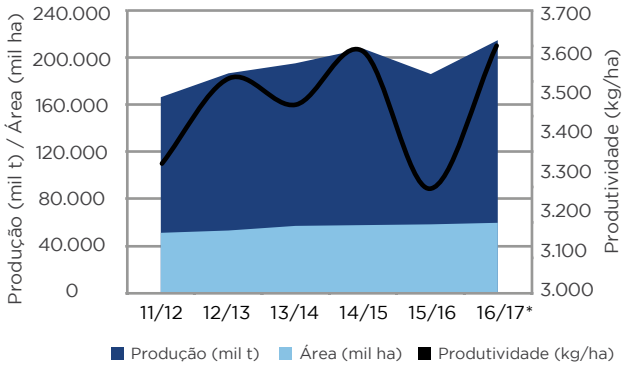
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab